GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2025

1 Data, Hora e Local: Realizada em 10 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"). **2 Convocação:** O Edital de Convocação desta assembleia geral ordinária ("**Assembleia**") foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), no jornal "Data Mercantil", nas edições de 11, 12 e 13 de março de 2025 (páginas 09, 07 e 05 do jornal impresso e 17, 14 e 03 do jornal digital, respectivamente). **3 Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes (conforme definido no item 4 abaixo) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram publicados no jornal "Data Mercantil" (páginas 08 a 09 do jornal impresso e 01 a 14 do jornal digital), no dia 11 de março de 2025. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos *websites* da Companhia (ri.gpssa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). **4 Presença:** Nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia foi realizada exclusivamente na forma digital por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Nesse sentido, compareceram, de forma remota, em primeira convocação, acionistas da Companhia representando 83,96% do capital social da Companhia, conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia digitalmente, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81; e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 9 de abril de 2025, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia, e também diretamente cadastrados na plataforma digital da Assembleia, nos termos do artigo 46-B, parágrafo único, e artigo 46-C, inciso II, da Resolução CVM 81 ("**Mapa Sintético Consolidado**"). Em atenção ao disposto no artigo 134, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, estiveram presentes também a Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores da Companhia e o Sr. Marcos A. Boscolo, representante legal da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("**Auditores Independentes**"). **5 Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Marcos Luiz Abreu de Lima – Presidente; e pelo Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho – Secretário. **6 Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do *website* da Companhia (ri.gpssa.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no *website* da CVM (www.gov.br/cvm). Adicionalmente, o Mapa Sintético Consolidado ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 46-C, parágrafo único, da Resolução CVM 81, e ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7 Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre: (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **8 Deliberações:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos abstenções, sem ressalvas, as contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes, nos termos da proposta da administração para a Assembleia ("**Proposta da Administração**"); (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com registro de abstenções, sem ressalvas, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que compreende a destinação do lucro líquido no montante de R$657.826.507,71 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, quinhentos e sete reais e setenta e um centavos) ("**Lucro Líquido**"), conforme a seguir e nos termos da Proposta da Administração: (a) R$32.891.325,39 (trinta e dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos), correspondentes a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R$219.275.502,57 (duzentos e dezenove milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), sem retenção de Imposto de Renda na Fonte, composto por: (I) R$156.233.795,58 (cento e cinquenta e seis milhões, duzentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos), correspondentes a 25% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R$0,2306780558 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 31 do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"); e (II) R$63.041.706,99 (sessenta e três milhões, quarenta e um mil, setecentos e seis reais e noventa e nove centavos), correspondentes a 10,09% do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal) e R$0,0930806190 por ação de emissão da Companhia, ao pagamento dos dividendos adicionais; Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em até 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, em data a ser oportunamente divulgada pela Companhia, à vista, por meio de crédito em conta corrente. Farão jus aos referidos dividendos os acionistas da Companhia registrados como tal em 10 de abril de 2025, data de realização desta Assembleia. (c) considerando as propostas dos itens (a) e (b) acima, destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal), no montante de R$405.659.679,75 (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) à reserva estatutária, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 31 do Estatuto Social. (iii) aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, a definição de um Conselho de Administração composto por 7 (sete) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, nos termos da Proposta da Administração; (iv) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, a saber: (a) Sr. **José Caetano Paula de Lacerda**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 774.383 SSP/BA, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 111.439.085-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Avenida Delfim Moreira, nº 1.064, apartamento 201, Leblon, CEP 22411-000, para o cargo de Presidente do CA-GPS; (b) Sr. **Cláudio Petruz**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.773.302-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.964.368-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, para o cargo de Vice-Presidente do CA-GPS; (c) Sra. **Livia Xavier de Mello**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº11.574.750-3 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 078.320.417-57, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Urquiza, 235, apto. 1.303, Leblon, CEP 22431-040, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (d) Sr. **Piero Paolo Picchioni Minardi**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.285.022-0/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.575.478-11, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (e) Sr. **Pedro Franco Sales**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.073.177-5/IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.446.557-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.077, apartamento 31, Jardim Paulista, CEP 01408-001, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (f) Sr. **Roberto Lopes Pontes Simões**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 839.142 – SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 141.330.245-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Alexandre Correia, nº 310, apartamento 52, Jardim Vitória Régia, CEP 05657-230, para o cargo de Membro Titular Independente do CA-GPS; (g) Sra. **Fernanda Didier Nascimento Pedreira**, brasileira, solteira, profissional de relações internacionais, portadora da Cédula de Identidade RG nº 08582702-93 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 324.425.548-52, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Felipe Figliolini, nº 178, Santo Amaro, CEP 04740-010, para o cargo de Membro Titular Vinculada do CA-GPS; (h) Sr. **Luis Carlos Martinez Romero**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.284.691 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 443.874.405-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, para o cargo de Membro Suplente Vinculado do CA-GPS; e (i) Sr. **Marcelo Niemeyer Hampshire**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 597.875-0 MM/R, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.440.607-47, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Miguel Frias e Vasconcelos, 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, para o cargo de Membro Suplente Vinculado do CA-GPS. Os acionistas aprovaram a designação da Sra. **Livia Xavier de Mello** e dos Srs. **Piero Paolo Picchioni Minardi, Pedro Franco Sales e Roberto Lopes Pontes Simões** como membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que, após a análise das declarações fornecidas, de seus currículos e históricos profissionais, restou verificado o enquadramento dos critérios de independência estabelecidos nos termos do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 e artigo 6º, Anexo K, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 80**"). Os membros do Conselho de Administração acima eleitos serão empossados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, declarando, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no artigo 147, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 80. Não houve eleição de membros para o Conselho de Administração por meio de processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. (v) aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de até R$109.679.243,00 (cento e nove milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais), sendo (i) previsão de R$2.512.158,00 (dois milhões, quinhentos e doze mil, cento e cinquenta e oito reais) referente aos membros do Conselho de Administração; (ii) previsão de R$106.554.746,00 (cento e seis milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais) referente aos membros da Diretoria; e (iii) previsão de R$612.339,00 (seiscentos e doze mil, trezentos e trinta e nove reais) referente aos membros do Conselho Fiscal, caso instalado, nos termos da Proposta da Administração; e (vi) tendo em vista a solicitação feita pelos acionistas minoritários da Companhia representando aproximadamente 9,3% das ações votantes da Companhia, em boletim de voto à distância, bem como a indicação de membros do Conselho Fiscal por acionistas minoritários, fica aprovado, por maioria dos votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e abstenções, sem ressalvas, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com funcionamento até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, com a eleição dos seguintes membros: (a) *Indicados pelos acionistas Squadra Inst FIA, Squadra TEXAS LLC, Leland Stanford Junior University, VKF Investments Ltd., FIA RVA EMB IV, FPRV SQA Sanhaço Fundo de Investimento de Ações Previdenciário, Grouper Equity LLC, Snapper Equity LLC, Squadra Horizonte FIA, Squadra Master IVP FIA, Squadra Master Long-Biased FIA, Squadra Master Long-Only FIA, SV2 Equity LLC, SV3 Equity LLC, e SV4 Equity LLC, para eleição em separado de membro efetivo e respectivo membro suplente do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações:* (I) Sra. **Helena Turola de Araujo Penna**, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 009.670.907-0, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.979.517-38, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alberto de Campos, nº 285, apto. 101, CEP 22411-030, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sr. **Warley de Oliveira Dias**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº MG10469794, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.729.506-21, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua São Julião, nº 455, apto. 601, Nova Floresta, CEP 31140-230; (b) *Indicados pelo acionista controlador para os cargos de membros do Conselho Fiscal:* (I) Sr. **Arvelino Cassaro**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 557571 SGPC ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 724.263.497-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Peixoto Gomide, nº 333, apartamento 101, Jardins, CEP 01409-001, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sr. **Ricardo Bacconi Neto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.239.269-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.944.708-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Mergenthaler, nº 345, ap. 141-E, CEP 05311-030; e (II) Sr. **Edson Neves de Souza**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.565.022 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 102.087.748-07, residente e domiciliado na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Adhemar de Barros, 703, casa 17, Vila Brasiliana, Jardim Europa, CEP 13.270-600, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e seu suplente Sr. **José Eduardo Burti Jardim**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.896.079-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.002.168-57, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jesuíno Arruda, nº 187, ap. 131, Itaim-bibi, CEP 04532-080. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados na forma da lei e declararam, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94 e no artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 80, não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei ou nas demais restrições legais que os impeçam de exercer administração de sociedade mercantil. (vii) tendo em vista a instalação e a eleição dos membros do Conselho Fiscal, fica aprovada, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, com registro de abstenções, sem ressalvas, a remuneração do Conselho Fiscal, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$612.339,00 (seiscentos e doze mil, trezentos e trinta e nove reais), nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei da Sociedades por Ações. **9 Mapa de Votação:** Em atendimento ao artigo 48, parágrafo 6º, inciso I, da Resolução CVM 81, o mapa final de votação resumido constante do **Anexo I** ("**Mapa Resumido Final**") é parte integrante desta ata. **10 Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, tendo sido considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81, os acionistas cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º, da Resolução CVM 81**: Presidente: Sr. Marcos Luiz Abreu de Lima; Secretário: Sr. Marcelo Abreu dos Santos Tourinho. **Acionistas presentes via participação digital, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81**: Leonardo Peixoto Estevão; Representados por Vanessa A Menna Barreto de Figueiredo: FIA RVA EMB IV, SV4 Equity LLC, Snapper Equity LLC, Squadra Horizonte FIA, Squadra Master Long-Biased FIA, Squadra Prev Master FIA, SV2 Equity LLC, FPRV SQA Sanhaço FIA Previdenciário, Grouper Equity LLC, Squadra Inst FIA, Squadra Master IVP FIA, Squadra Master Long-Only FIA; Representados por Gustavo Aranha Alves Barreto, Gabriel Vieira Marx Andrade: Dynamo Brasil I LLC, Dynamo Brasil III LLC, Dynamo Brasil V LLC, Dynamo Brasil VI LLC, Dynamo Brasil VIII LLC, Dynamo Brasil IX LLC, Ascese Fundo de Investimento em Ações, Dynamo Cougar Master FIA, Dynamo Brasil XV LP; Representados por Leonardo Peixoto Estevão: Marcia Coelho Guerra; Representados por Daniel Barreto Negri: Cleverson Dutra Zontini, Cesar Luis Nunes Moraes, Pedro Cardoso Fernandes da Cunha, Luiz Antonio de Sá Arruda, José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Alvaro Cardoso Fernandes da Cunha, Angela Maria Cardoso Fernandes da Cunha, Daniel Pegorini, Priscila Cardoso Fernandes da Cunha, Adriana da Silva Siqueira, Adriano de Almeida Pontes, Flavia Morais Von Kruger, Alexandre Gushiken, Clayton de Matos Salustiano, Diego Sanches de Sousa e Silva, Edilaine Siena, Eduardo Jardim de Azevedo, Carlos Nascimento Pedreira Filho, Guilherme Nascimento Robortella, Karla Maranho, Luiz Raimundo Tomazzoni, Marcio Rabelo Camargo, Márcio Barbosa Custódio, Marco Antonio da Silva, Maria Elsa Alba Bernhoeft, Valora Participações Ltda., Bernardo Borba do Lago, Antonio Carlos Eduardo Ofraseo, Juliano Costa da Silva, Solange Maria Pereira Martinez, Claudio Pedrosa Monteiro, Marcelo Niemeyer Hampshire, Samuel Parreiras Ferreira, Adauto Marcondes Freire Junior, Marcos Abarca Oliver, José Herminio Passos Sales, Carolina Fernandes da Cunha Cerqueira da Silva, Daniel Queiroz Neves Pelegrinelli, Carlos Nascimento Pedreira, Cláudio Petruz, Adriano Macedo da Fonseca, Anderson Nunes da Silva, Artur Eloy Chagas de Oliveira, Brian Silva, Camila Willers Hartmann, Carlos André Teixeira Pitanga, Cintya Padua Cavalcante, Cristiano Finardi, Daniel Ruffino Pereira Moreno, Elieser Leite Sobral, Fernanda Didier Nascimento Pedreira, Fernanda Siqueira Ferreira, Gustavo Vianna Otto, Jefferson Nurbegovic, João Paulo Cardoso Fernandes, Luis Carlos Martinez Romero, Marcos Nascimento Pedreira, Michel Pipolo de Mesquita, Paulo César Braga Icó da Silva, Ricardo de Vasconcelos Freire, Thiago Nunes Costa, Vanessa Ligia Machado, Verônica Didier Nascimento Pedreira, Vinicius Andrade Moraes Castelo de Luca, Wilian Salgado da Silva; Representados por Edward Wygand e Lucas Figueiredo: Absoluto Partners Institucional II Master Fia, Absoluto Partners Master Prev Fia, Absoluto Partners Institucional Master Fia, Ap Ls Master Fia, Absoluto Partners Master FIA; Representados por Karina Francisca de Andrade: Itaú Previdência IBRX FIA, IT Now S.A.I Caps Fundo de Indice, Itau Hedge Plus Multimercado FI, Itaú IBRX Ativo Master FIA, Itaú Master Global Dinâmico Ultra Multimercado Fundo de Investimento, IT Now IGCT Fundo de Indice, S.A.iho Emerging Markets, Itaú Governança Corporativa Ações Fundo de Investimento Sustentável, Itau Index Acoes IBRX FI, Itaú janeiro Multimercado Fundo de Investimento, Itau Multiestrategia Multimercado FI, Itaú Quantamental GEMS Master Ações Fundo de Investimento, Itaú Vértice Omni Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Responsabilidade Limitada, Itaú Hedge Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Master Global Dinâmico Multimercado Fundo de Investimento, WM Small CAP Fundo de Investimento em Ações, Itau S.A.I Cap Master Fundo de Investimento em Acoes. **Acionistas presentes via envio de boletim de voto à distância, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81**: 3 Ilhas Master Fif em Ações RL, FP Neo Total Return Fundo de Investimento em Ações, Neo Navitas Itaú Prev Master Fundo de Investimento em Ações, Neo Navitas Master Fundo de Investimento em Ações, TX A Ações Fundo de Investimento em Ações, Porto S.A.Institucional Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Porto SFA Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Porto S.A.Equity Hedge Fundo de Investimento Financeiro, Aster Prev a Fife Fif Acoes Resp Ltda, Tenax Institucional Ações Master Fundo de Investimento em Ações, Tenax Ações Master Fundo de Investimento em Ações, Neo Future Master Fundo de Investimento em Ações , Aster Institucional a FIA, Aster Master FIA G BDR Nivel I, APO Capital Latam Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior, Aster Master FIA Q, Aster Institucional Master Fia, Leland S.A.ford Junior University, Ford Motor Co Defined Benef Master Trust, Manulife Global S.A.I Cap Fund, Mercer Ucits Common Contractual Fund, Franklin Templeton ETF Trust – Franklin Ftse Brazi, S.A.e Street Ireland Unit Trust, Texas Municipal Retirement System, Allianz Gl Investors Gmbh On Behalf Of Allianzgi-fonds Dspt, S.A.e Of New Mexico S.A.e Inv. Council, Alaska Permanent Fund, Canada Pension Plan Investment Board, Phoenix U T M L R P a S Index Emerging Market Equity Fund, Artisan Partners Global Funds Public Limited Company, Hsbc Index Tracker Invest. Funds Ftse All World Index Fund, Aviva I Investment Funds Icvc – Aviva I International I T F, Fidelity Salem Street T: Fidelity Total Inte Index Fund, Vanguard ESG International, Virtus Kar Developing Markets Fund, Ishares MSCI Brazil S.A.I CAP ETF, Ori Capital I Master Fia, Legal & General Global Emerging Markets Index Fund, Artisan Multiple Investment Trust, Jpmorgan Diversified Return Emerging Markets Equity Etf, Thrift Savings Plan, SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., Schwab Emerging Markets Equity Etf, The Regents Of The University Of California, Thrift Savings Plan, Police And Firemen's Retirement System Of New Jers, Principal Funds, Inc-international Emerging Markets Fund, The Bank Of N. Y. M. (int) Ltd as T. Of I. e. M. e. I. F. Uk, Ishares Emerging Markets Imi Equity Index Fund, Legal & General Collective Investment Trust, Francisco Olavio Teixeira Coutinho, St St Msci Emerging Mkt S.A.I Ci Non Lending Common Trt Fund, The Master Tr Bank Of Japan as Tr For HSBC Brazil Mother FD, Andre Marino Kuller, Vanguard Funds Public Limited Company, American Century ETF Trust-avantis Responsible EME, Managed Pension Funds Limited, CM-CIC Pays Emergents, IBM 401 (K) Plus Plan, College Retirement Equities Fund, Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund, Omnis Portfolio Investments ICVC – Omnis Global Em, Legal & General Global Equity Index Fund, Dynamic Active Emerging Markets Etf, Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou, Mercer Qif Fund Plc, Ssga Spdr Etfs Europe I Plc, Artisan Sustainable Emerging Markets Fund Lp, Harris Family Foundation, Hsbc Etfs Plc H Msci e M S C Esg U Etf Bc Bnp Paribas Br Sa, Utah S.A.e Retirement Systems, The United Nations Joints S.A.f Pension Fund, Ws Wales Pp Emerging Markets Equity Fund, Red Life Reinsurance Limited, Threadneedle Investment Funds Icvc – Latin America, Thomas Magno de Jesus Silveira, Nucleo Master Fundo de Investimento de Acoes, Parametric Tax-managed Emerging Markets Fund, Squadra Texas Llc, Legal And General Assurance Pensions Mng Ltd, Ishares Core Msci Total International Stock Etf, American Century Etf Trust – Avantis Emerging Mark, The Bank Of New York Mellon Emp Ben Collective Invest Fd Pla, Ishares Core Msci Emerging Markets Etf, Jarislowsky, Fraser Emerging Markets Equity Fund, Ishares III Public Limited Company, Ark Global Emerging Companies, Lp, California S.A.e Teachers Retirement System, Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust Ii, Mawer Global S.A.I Cap Fund, Lazard Emerging Markets S.A.I Cap Equity Trust, Ishares Core Msci Emerging Markets Imi Index Etf, Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim, Jnl Multi-manager Emerging Markets Equity Fund, Joao Vitor Moreto Fernandes, Lazard Asset Management Llc, Dynamic Emerging Markets Equity Fund, Ishares Msci Emerging Markets S.A.I Cap Etf, Flexshares Morningstar Emerging Markets Factor Tilt Index F, General Organisation For Social Insurance, Stichting Pggm Depositary, Vanguard Investment Series Plc/vanguard Esg Emer, Evtc Cit Fof Ebp-evtc Parametric Sem Core Equity Fund Tr, The Board Of The Pension Protection Fund, Hsbc Global Investment Funds – Brazil Equity, S.A.tan Group Trust For Employee Benefit Plans: Sp, Franklin Templeton Etf Trust – Franklin Ftse Latin, Josiel Esau dos Santos Braga, Principal Variable Contracts Funds Inc Int Emerg Mar Account, Gilson Morais Lopes, Scotia Emerging Markets Equity Fund, Mawer Emerging Markets Equity Fund Llc, American Century Etf Trust – Avantis Emerging Mark, S.A.e Street Global All Cap Equity Ex-us Index Portfolio, Spdr S&p Emerging Markets Ex-china Etf, Reassure Limited, Florida Retirement System Trust Fund, First Trust Brazil Alphadex Fund, Northern Trust Collective Eafe S.A.I Cap Index Fund--non Lend, Vanguard Funds Plc/vanguard Esg Emerging Markets, S.A.lib Funds Limited, Public Employees Retirement System Of Ohio, Vanguard Funds Plc/vanguard Esg Global All Cap U, Vanguard Total International Stock Index Fd, a Se Van S F, Nat West Bk Plc as Tr Of St James Pl Gl S.A.I Comp Unit Fund, Ntgi-qm Common Dac World Ex-us Investable Mif – Lending, Ishares Public Limited Company, Legal & General International Index Trust, S.A.e St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans, Vanguard Total World Stock Index Fund, a Series Of, Stichting Shell Pensioenfonds, S.A.e Of Alaska Retirement And Benefits Plans, Ori X Fundo de Investimento Financeiro em Acoes Responsabili, Mawer Emerging Markets Equity Fund, Shell Tr (berm) Ltd as TR o Shell Ov Con P F, International Monetary Fund, Franklin Libertyshares ICAV, Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T, ORI Capital II Master Fia, Invesco Investment Management Ltd, Acting as Manag, Ncip Master Fia, Virtus Emerging Markets S.A.I - CAP Fund, Ishares IV Public Limited Company, Artisan Sustainable Emerging Markets Fund, California Public Employees Retirement System, AZ Fund 1 – Az Equity – Brazil Trend, Wishbone Delaware Brazil I, LLC, The Coca Cola Master Retirement Trust, Vanguard INV Funds Icvc-vanguard Ftse Global All Cap Index F, Principal Life Insurance Company, FP FOF NC Fundo de Investimento de Ações, Nucleo Piuva Fundo de Investimento de Acoes, Apo Capital Latam Fund Llc, Teacher Retirement System Of Texas, Aurora Brazil, LLC, Custody Bank Of Japan, Ltd. as TR F Hsbc Brazil New Mo Fund, Nucleo Prev 100 Fundo de Investimento de Acoes, Nucleo Agulhas Negras Fundo de Investimento de Acoes, Norges Bank. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 10 de abril de 2025. **Marcos Luiz Abreu de Lima** – Presidente; **Marcelo Abreu dos Santos Tourinho** – Secretário.

Anexo I – Mapa Resumido Final: 1. Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
568.639.862	370.589.723	–	198.050.139

2. Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
568.639.862	568.638.859	–	1.003

3. Definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Proposta da Administração.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
568.639.862	568.639.862	–	–

4. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976?

ON	Aprovar	Não	Abster-se
194.001.039	28.519.953	55.341.193	110.139.893

5. Eleição de membro do Conselho de Administração: Chapa única: José Caetano Paula de Lacerda (Efetivo); Cláudio Petruz (Efetivo); Fernanda Didier Nascimento Pedreira (Efetivo); Pedro Franco Sales (Membro Independente); Roberto Lopes Pontes Simões (Membro Independente); Piero Paolo Picchioni Minardi (Membro Independente); Livia Xavier de Mello (Membro Independente); Luis Carlos Martinez Romero (Suplente); Marcelo Niemeyer Hampshire (Suplente); Indicação de todos os nomes que compõem a chapa

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
568.639.862	565.858.147	1.945.799	835.916

6. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

ON	Sim	Não	Abster-se
194.001.039	80.502.061	113.491.387	7.591

7. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu?

ON	Sim	Não	Abster-se
194.001.039	97.605.931	622.885	95.772.223

8. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída.

1. José Caetano Paula de Lacerda (Efetivo)	10.045.441
2. Cláudio Petruz (Efetivo)	10.128.828
3. Fernanda Didier Nascimento Pedreira (Efetivo)	9.895.049
4. Pedro Franco Sales (Independente)	10.130.133
5. Roberto Lopes Pontes Simões (Independente)	10.179.435
6. Piero Paolo Picchioni Minardi (Independente)	10.179.435
7. Livia Xavier de Mello (Independente)	10.179.435
8. Luis Carlos Martinez Romero (Suplente)	10.179.435
9. Marcelo Niemeyer Hampshire (Suplente)	10.179.435

9. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976?

ON	Aprovar	Não	Abster-se
194.001.039	26.867.377	19.017.971	148.115.691

10. Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
568.639.862	561.960.588	3.753.074	2.926.200

11. Deseja solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei nº 6.404, de 1976?

ON	Sim	Não	Abster-se
194.001.039	62.479.914	13.051.197	118.469.928

12. Eleição em Separado por acionistas minoritários para o Conselho Fiscal

1. Titular: Helena Penna – Suplente: Warley Dias

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
58.653.585	54.628.152	–	4.025.433

13. Eleição Geral para o Conselho Fiscal, Indicação dos nomes que compõem a Chapa. Conselheiros indicados pelo Controlador: - Titular: Arvelino Cassaro/Suplente: Ricardo Bacconi - Titular: Edson de Souza/Suplente: José Eduardo Jardim

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
315.985.238	315.985.238	–	–

14. Fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos, respeitando-se, para cada membro em exercício, o valor de 10% (dez por cento), em média, da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
374.638.823	370.613.390	–	4.025.433

15. Caso seja necessário a realização de segunda convocação para a Assembleia Geral Ordinária, as manifestações de voto contidas neste Boletim de Voto à Distância podem ser consideradas para fins de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em segunda convocação?

ON	Aprovar	Rejeitar	Abster-se
194.001.039	187.723.157	6.277.882	–

Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

CNPJ nº 30.621.680/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("Companhia" ou "IBH I") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **A Companhia:** A IBH I é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o complexo solar Sol do Sertão, a sociedade Sol do Sertão Holding S.A. e suas controladas, estas que iniciaram a operação comercial em agosto de 2021. O empreendimento solar está localizado em Oliveira dos Brejinhos, no estado da Bahia, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 475 MWp, contando com painéis solares fotovoltaicos bifaciais, capazes de gerar energia com mais eficiência. **Governança corporativa:** A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH I vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH I, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024.

A Administração.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/24**	**31/12/23**	**31/12/24**	**31/12/23**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.127	14.609	69.787	60.829
Contas a receber	6	–	–	19.367	16.831
Impostos a recuperar		378	413	895	569
Despesas antecipadas		34	59	2.220	2.016
Partes relacionadas	15	1.859	1.524	1.681	1.524
Outras contas a receber		396	157	654	2.771
Total do ativo circulante		**8.794**	**16.762**	**94.604**	**84.540**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	49.116	44.981
Investimentos	8	317.810	372.598	–	–
Imobilizado	9	934	1.408	1.211.310	1.267.273
Intangivel	10	5	9	40.487	42.487
Total do ativo não circulante		**318.749**	**374.015**	**1.300.913**	**1.354.741**
Total do ativo		**327.543**	**390.777**	**1.395.517**	**1.439.281**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/24**	**31/12/23**	**31/12/24**	**31/12/23**
Circulante					
Fornecedores	11	518	447	23.413	5.922
Empréstimos e financiamentos	16	–	567.532	49.998	614.987
Obrigações trabalhistas	18	13.779	12.559	13.936	12.648
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	8	13	4.518	2.917
Partes relacionadas	15	3	–	3	–
Passivos de arrendamentos	14	488	474	488	474
Encargos com energia elétrica	13	–	–	2.511	2.416
Total do passivo circulante		**14.796**	**581.025**	**94.867**	**639.364**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	987.903	988.428
Passivos de arrendamentos	14	167	654	167	654
Provisão para riscos	19	–	–	–	1.737
Total do passivo não circulante		**167**	**654**	**988.070**	**990.819**
Patrimônio líquido	20				
Capital social		888.259	850.000	888.259	850.000
Capital social a integralizar		–	(616.741)	–	(616.741)
Prejuízos acumulados		(575.679)	(424.161)	(575.679)	(424.161)
Total do patrimônio líquido		**312.580**	**(190.902)**	**312.580**	**(190.902)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**327.543**	**390.777**	**1.395.517**	**1.439.281**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/24**	**31/12/23**	**31/12/24**	**31/12/23**
Receita líquida	21	–	–	163.553	172.407
Custo de venda de energia elétrica	22	–	–	(130.500)	(99.679)
Resultado bruto		**–**	**–**	**33.053**	**72.728**
Despesas gerais e administrativas	23	(20.905)	(18.356)	(23.115)	(21.462)
Resultado com participações societárias	8	(54.788)	(31.073)	–	–
Despesas operacionais		**(75.693)**	**(49.429)**	**(23.115)**	**(21.462)**
Resultado antes do resultado financeira		**(75.693)**	**(49.429)**	**9.938**	**51.266**
Receitas financeiras	24	1.793	800	17.930	9.467
Despesas financeiras	24	(77.618)	(74.067)	(170.917)	(177.220)
Resultado financeiro		**(75.825)**	**(73.267)**	**(152.987)**	**(167.753)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(151.518)**	**(122.696)**	**(143.049)**	**(116.487)**
Imposto de renda e contribuição social	25	–	–	(8.469)	(6.209)
Prejuízo do exercício		**(151.518)**	**(122.696)**	**(151.518)**	**(122.696)**
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações R$	20	(0,1921)	(0,1574)	(0,1921)	(0,1574)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	**31/12/23**	**31/12/24**	**31/12/23**
Prejuízo do exercício	(151.518)	(122.696)	(151.518)	(122.696)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**(151.518)**	**(122.696)**	**(151.518)**	**(122.696)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2023		**750.001**	**(538.741)**	**(301.465)**	**(90.205)**
Redução de capital em 15 de setembro de 2023		(533.742)	533.742	–	–
Aumento decapital em 15 de setembro de 2023		633.741	(633.741)	–	–
Integralização de capital em 15 de setembro de 2023		–	21.999	–	21.999
Prejuízo do exercício		–	–	(122.696)	(122.696)
Em 31 de dezembro de 2023		**850.000**	**(616.741)**	**(424.161)**	**(190.902)**
Em 01 de janeiro de 2024		**850.000**	**(616.741)**	**(424.161)**	**(190.902)**
Integralização de capital em 27 de setembro de 2024		–	23.000	–	23.000
Integralização de capital em 30 de setembro de 2024		–	580.000	–	580.000
Aumento de capital em 15 de setembro de 2024	20	38.259	(38.259)	–	–
Integralização de capital em 15 de outubro de 2024		–	52.000	–	52.000
Prejuízo do exercício		–	–	(151.518)	(151.518)
Em 31 de dezembro de 2024		**888.259**	**–**	**(575.679)**	**312.580**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/24**	**31/12/23**	**31/12/24**	**31/12/23**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(151.518)	(122.696)	(151.518)	(122.696)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	54.788	31.073	–	–
Depreciação e amortização	9 e 10	584	1.340	52.252	49.820
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	16 e 17	59.903	72.682	151.707	163.655
Amortização dos custos de transação		–	405	534	964
Juros sobre passivos de arrendamentos		31	34	31	34
Baixa de intangível e imobilizado líquidos		–	–	54.519	272
Provisão para riscos		–	–	(1.737)	43
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	–	–	(2.536)	(2.928)
Impostos a recuperar		35	(149)	(326)	(93)
Despesas antecipadas		25	(49)	(204)	(163)
Partes relacionadas	15	(332)	739	(154)	749
Outras contas a receber		(239)	332	2.117	47
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	11	71	(262)	17.491	(334)
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	(5)	5	6.803	5.216
Obrigações trabalhistas		1.220	868	1.288	811
Encargos com energia elétrica		–	–	95	(116)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(35.437)**	**(15.678)**	**130.362**	**95.281**
Juros pagos	16 e 17	(117.935)	(14.403)	(160.779)	(57.158)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(5.202)	(4.629)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado atividades operacionais		**(153.372)**	**(30.081)**	**(35.619)**	**33.494**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		–	–	(4.135)	(667)
Adições ao imobilizado	9	(106)	(47)	(48.808)	(47)
Adições ao intangível	10	–	–	–	(20.045)
Investimentos em controladas		–	(20.000)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(106)**	**(20.047)**	**(52.943)**	**(20.759)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de passivos de arrendamentos	14	(504)	(490)	(504)	(490)
Aumento de capital		655.000	21.999	655.000	21.999
Captação de debêntures	17	100.000	–	100.000	–
Captação de empréstimos		–	324.500	–	324.500
Amortização de empréstimos		(509.500)	(298.200)	(556.976)	(343.443)
Amortização de debêntures		(100.000)	–	(100.000)	–
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**144.996**	**47.809**	**97.520**	**2.566**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**(8.482)**	**(2.319)**	**8.958**	**15.301**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.609	16.928	60.829	45.528
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.127	14.609	69.787	60.829

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto Operacional: A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("Companhia" ou "IBH I"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de junho de 2018, com sede foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Dr. Campos Bicudo, n° 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. ("Sol do Sertão"), esta que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico ("SPE"): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. ("OB I"), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. ("OB II") e Sol do Sertão OB IIII Energia Solar S.A. ("OB III"). As SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia e possuem capacidade instalada total de 475,760 MWp, sendo 163,850 MWp da OB I, 171,773 MWp da OB II e 140,137 MWp da OB III. As SPEs possuem prazo de autorização de 35 anos e entraram em operação conforme quadro a seguir:

SPE	Projeto	Entrada em operação comercial	Resolução Autorizativa
OB I	Terra Sol XI	21/08/2021	n°7.998 de 23 de julho de 2019
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/2021	n°8.003 de 23 de julho de 2019
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/2021	n°8.002 de 23 de julho de 2019
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/2021	n°7.999 de 23 de julho de 2019
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/2021	n°7.996 de 23 de julho de 2019
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/2021	n°8.001 de 23 de julho de 2019
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/2021	n°7.997 de 23 de julho de 2019
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/2021	n°8.000 de 23 de julho de 2019

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. **Situação financeira:** A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$6.002 na Controladora (R$564.263 em 31 de dezembro de 2023), decorrente substancialmente de obrigações trabalhistas na controladora. No consolidado o capital circulante líquido é negativo em R$263 (R$554.824 negativo em 31 de dezembro de 2023). A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo que iniciaram seu suprimento de energia no segundo semestre de 2021. A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, priorizando, quando necessário, aportes de capital por parte do acionista. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um maior equilíbrio nas operações em decorrência das medidas tomadas acima e, consequentemente, reduziu o capital circulante negativo se comparado ao exercício findo de 2023. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: a) Base de elaboração e apresentação**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025. **b) Base de mensuração**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado**,** conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisições societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. **e) Base de consolidação e investimentos em controladas**: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH I e suas controladas, nas quais a IBH I detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas se apresenta da seguinte forma:

	Participação %	
	31/12/24	**31/12/23**
Controlada direta		
Sol do Sertão	100%	100%
Controladas indiretas		
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. **3. Principais Políticas Contábeis Materiais:** As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas. **3.2. Títulos e valores mobiliários**: As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício. **3.3. Contas a receber**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos. A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, se necessário. **3.4. Ativo imobilizado**: Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a revisão de vida útil de seus ativos e decidiu por mudar a metodologia de cálculo da estimativa. Até então a Companhia utilizava as taxas de vida útil conforme manual da ANEEL. Com o objetivo de se aproximar mais do efetivo período ao qual o ativo irá de fato entregar benefícios econômicos para a Companhia, a Administração entendeu que a unidade geradora de caixa do ativo é a própria estrutura construída, que somente na sua totalidade de funcionamento gera o benefício econômico esperado pela Companhia. Dessa maneira sem prejuízo do controle físico individual dos itens e equipamentos, a Companhia decidiu por controlar a depreciação dos ativos em uma única taxa. O projeto possui prazo de autorização de 35 anos e durante este período estará apto a gerar e vender energia. Porém a Administração decidiu utilizar 30 anos para a vida útil estimada de seus ativos, seguindo o período de garantia de performance dos equipamentos conforme contrato de aquisição deles. Desta maneira, apesar de ainda existir o benefício econômico em 35 anos, dado a limitação legal e orientação do CPC 27 - Ativo Imobilizado, os ativos devem ser depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização. A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Nas investidas, a taxa de depreciação dos ativos representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção dos ativos. A Companhia e suas investidas definiram uma vida útil de 30 anos, o qual representa o período estimado pela Administração dos benefícios econômicos dos ativos, considerando a limitação legal e orientação do CPC 27 – Ativo Imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização. Os gastos incorridos que aumentam o valor, em caso de aquisições de sobressalente, ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos. **3.5. Ativo intangível**: Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas. **3.6. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")**: A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis. **3.7. Investimento**: Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia. **3.8. Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.9. Outros ativos e passivos**: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.10. Arrendamentos**: Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor. • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no exercício a que se referem. **3.11. Impostos de renda e contribuição social correntes**:

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

Na Companhia e sua controlada direta, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social. Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. **3.12. Encargos com energia elétrica**: Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema , os quais correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST), Encargos de Uso da Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE). **3.13. Instrumentos financeiros**: **Ativo financeiro**: **• Classificação do ativo financeiro:** Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). **• Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **• Reconhecimento:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no exercício em que ocorrerem. **• Mensuração:** As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: ¾ Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. ¾ Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. ¾ Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.14. Apuração do resultado**: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.15. Resultado por ação**: O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos. **3.16. Reconhecimento da receita**: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as controladas da Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **4. Adoção das Normas Contábeis - Novas e Revisadas:**

Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo não circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixas	Acordos de Financiamentos de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil	Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e)1 , Permissões de emissão (allowances)2 e créditos de descarbonização (CBIO).	18.10.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01.01.2025
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações		01.01.2027

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Depósitos bancários	4	30	20	7.213
Aplicações financeiras (i)	6.123	14.579	69.767	53.616
	6.127	**14.609**	**69.787**	**60.829**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. (i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados por taxa de 97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (99% a 100,5% em 31 de dezembro de 2023). **6. Contas a Receber:**

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (i)	12.757	16.831
Crédito de carbono (ii)	2.928	–
CCEE (iii)	674	–
Outros clientes (iv)	3.008	–
	19.367	**16.831**

(i) Contas a receber através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig. O contrato prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG até dezembro de 2041. (ii) Vendas provenientes da emissão de crédito de carbono durante o exercício de 2024. (iii) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. (iv) Saldo das vendas de energia para comercializadoras ocorridas em dezembro de 2024 que possui característica de curto prazo. As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/24	31/12/23
A vencer	19.367	16.831
Vencidos até:		
01 – 30 dias	–	–
91 – 180 dias	–	–
Acima de 180 dias	–	–
	19.367	**16.831**

Em 31 de dezembro de 2024 não há registro de provisão para perdas esperadas de créditos tendo em vista que o saldo a receber, em sua maioria, advém do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. **7. Títulos e Valores Mobiliários:**

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Contas reservas (i)	49.116	44.981
	49.116	**44.981**

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia: (i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas indiretas (SPEs) que possuem financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em Fundo de Investimento com remuneração equivalente na média de 96,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (média de 97,09% do CDI em 31 de dezembro de 2023). **8. Investimentos: a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:**

Em 31 de dezembro de 2024	Sol do Sertão	OBI	OBII	OBIII
Balanço Patrimonial resumido				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.584	23.111	31.346	29.979
Ativo não circulante	275.225	434.883	461.368	363.678
Passivo circulante	42	31.928	26.701	22.609
Passivo não circulante	–	340.640	358.018	289.245
Patrimônio líquido	277.767	85.426	107.995	81.803
Demonstração de resultado resumida				
Receita líquida de vendas	–	53.104	63.025	47.711
Prejuízo líquido	(52.819)	(15.720)	(15.910)	(16.273)

Em 31 de dezembro de 2023	Sol do Sertão	OBI	OBII	OBIII
Balanço Patrimonial resumido				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.458	18.645	21.237	26.383
Ativo não circulante	328.161	451.425	480.888	378.997
Passivo circulante	34	23.013	19.982	16.253
Passivo não circulante	–	340.878	358.236	291.050
Patrimônio líquido	330.585	106.179	123.905	98.077
Demonstração de resultado resumida				
Receita líquida de vendas	–	58.213	61.617	52.577
Prejuízo líquido	(31.073)	(14.962)	(10.976)	(5.257)

b) Movimentação do investimento:

Controlada	Valor do investimento em 31/12/23	Adição (i)	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Valor do investimento em 31/12/24
Sol do Sertão	372.598	–	(52.819)	(1.969)	317.810
Total	**372.598**	**–**	**(52.819)**	**(1.969)**	**317.810**

Controlada	Valor do investimento em 31/12/22	Adição (i)	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Valor do investimento em 31/12/23
Sol do Sertão	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598
Total	**384.392**	**20.000**	**(31.073)**	**(722)**	**372.598**

(i) Em 26 de novembro de 2019, foi realizado o "Contrato de Compra e Venda de Quotas" ("Contrato"), entre a Companhia (Compradora) e a Energia Capital – Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda. ("Energia Capital") (Vendedora), por meio do qual a Compradora adquiriu do Vendedor 100% (cem por cento) do capital social total da investida Sol do Sertão Holding S.A. O Contrato estabeleceu, em contrapartida à alienação das Quotas, o pagamento do Preço de Aquisição, que deveria ser apurado e pago em duas parcelas, além do pagamento do "Prêmio pela Energia Adicional", uma porcentagem da receita proveniente da energia gerada pelos Projetos, mediante atingimento de condições previamente estabelecidas entre as Partes no Contrato. A Primeira Parcela do Preço de Aquisição ("Primeira Parcela") foi integralmente quitada na data de fechamento. A segunda parcela do Preço de Aquisição e o pagamento do "Prêmio – Energia Adicional" foram objeto de divergência entre as Partes quanto aos critérios de cálculo, sobre o que deveria ou não integrar a base. Foi então instaurado procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC) onde, após rodadas de negociações, as Partes resolveram por transacionar acerca das divergências de maneira amigável, a fim de pôr fim a todos os litígios existentes e futuros relativos ao Contrato. Sem reconhecimento de responsabilidade ou culpa de qualquer das Partes. Sendo assim, em 05 de janeiro de 2023, as Partes, de comum acordo, celebraram o Instrumento de Acordo, onde foi definido o valor total bruto de R$20.000 a ser pago pela Compradora para fins de quitação dos valores devidos a título de Segunda Parcela conforme Contrato. Sobre o valor relativo ao "Prêmio - Energia Adicional", o Vendedor renunciou ao direito de qualquer recebimento. **9. Imobilizado: a) Composição do ativo imobilizado:**

				Controladora
Imobilizado administrativo em serviço	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Direito de uso – edificações**	**Total**
Taxa média depreciação	20%	10%	33%	
Saldo líquido em 2024	201	97	636	934
Saldo líquido em 2023	181	113	1114	1.408

						Consolidado
Imobilizado administrativo em serviço	**Sobressalentes (i)**	**Máquinas e equipamentos**	**Edificações e benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Direito de uso – edificações**	**Total**
Taxa média depreciação	–	20%	–	10%	33%	
Saldo líquido em 2024	–	201	–	97	636	934
Saldo líquido em 2023	–	181	–	113	1114	1.408
Imobilizado operacional em serviço						
Taxa média depreciação		30 anos	30 anos	30 anos	–	
Saldo líquido em 2024	10.757	1.182.248	17.369	2	– 1.210.376	
Saldo líquido em 2023	8.239	1.239.864	17.760	2	– 1.265.865	
Total						
Saldo líquido em 2024	10.757	1.182.449	17.369	99	636	1.211.310
Saldo líquido em 2023	8.239	1.240.045	17.760	115	1.114	1.267.273

(i) Corresponde à peças e equipamentos estratégicos destinados à continuidade operacional das plantas fotovoltaicas. **b) Movimentação do ativo imobilizado:**

					Controladora
Imobilizado administrativo em serviço	**Máquinas e equipamentos**	**Edificações e benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Direito de uso – edificações**	**Total**
Em 01 de janeiro de 2023	**210**	**68**	**128**	**135**	**541**
Adições	47	–	–	1.433	1.480
Depreciação	(76)	(68)	(15)	(454)	(613)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	**181**	**–**	**113**	**1.114**	**1.408**
Em 01 de janeiro de 2024					
Adições	106	–	–	–	106
Depreciação	(86)	–	(16)	(478)	(580)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**201**	**–**	**97**	**636**	**934**

						Consolidado
Imobilizado administrativo em serviço	**Sobressalentes (i)**	**Máquinas e equipamentos**	**Edificações e benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Direito de uso – edificações**	**Total**
Em 01 de janeiro de 2023	**–**	**210**	**68**	**128**	**135**	**541**
Adições	–	47			1.433	1.480
Depreciação	–	(76)	(68)	(15)	(454)	(613)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	**–**	**181**	**–**	**113**	**1.114**	**1.408**
Em 01 de janeiro de 2024						
Adições	–	106	–	–	–	106
Depreciação	–	(86)	–	(16)	(478)	(580)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**–**	**201**	**–**	**97**	**636**	**934**
Imobilizado operacional em serviço						
Em 01 de janeiro de 2023	**9.039**	**1.287.122**	**18.439**	**2**	**–**	**1.314.602**
Adições		506	–	–	–	506
Baixas	(272)	–	–	–	–	(272)
Transferências	(528)	–	–	–	–	(528)
Depreciação	–	(47.764)	(679)	–	–	(48.443)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	**8.239**	**1.239.864**	**17.760**	**2**	**–**	**1.265.865**

						Consolidado
Em 01 de janeiro de 2024	**Sobressalentes (i)**	**Máquinas e equipamentos**	**Edificações e benfeitorias**	**Móveis e utensílios**	**Direito de uso – edificações**	**Total**
Adições	4.482	43.921	300	–	–	48.703
Baixas (i)	(1.964)	(52.555)	–	–	–	(54.519)
Transferências	–	–	–	–	–	–
Depreciação	–	(48.982)	(691)	–	–	(49.673)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	**10.757**	**1.182.248**	**17.369**	**2**	**–**	**1.210.376**
Total	**10.757**	**1.182.449**	**17.369**	**99**	**636**	**1.211.310**

(i) O montante de R$ 52.555 refere-se às baixas dos módulos substituídos, registrados pelo seu valor residual, conforme cobertura da garantia do fornecedor. **10. Intangível: a) Composição do ativo intangível:**

		Controladora	
Intangível administrativo em serviço	**Taxas de Amortização**	**31/12/24**	**31/12/23**
Software	20%	5	9
Total		**5**	**9**

		Consolidado	
Intangível operacional em serviço	**Taxas de Amortização**	**31/12/24**	**31/12/23**
Software	20%	63	90
Servidões		376	376
Contrato de Autorização (i)	3%	40.038	42.007
Ágio		5	5
Total		40.482	42.478
Intangível administrativo em serviço			
Software	20%	5	9
Total		**5**	**9**
Total do intangível		**40.487**	**42.487**

(i) Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles são amortizados linearmente desde 2022. **b) Mapa de movimentação do ativo intangível:**

					Controladora
Intangível administrativo em serviço	**Valor Líquido em 2022**	**Amortização**	**Valor Líquido em 2023**	**Amortização**	**Valor Líquido em 2024**
Software	14	(5)	9	(4)	5
Total do intangível	**14**	**(5)**	**9**	**(4)**	**5**

						Consolidado
Intangível operacional em serviço	**Valor Líquido em 2022**	**Adições (*)**	**Amortização**	**Valor Líquido em 2023**	**Amortização**	**Valor Líquido em 2024**
Software	62	45	(17)	90	(27)	63
Servidões	376	–	–	376	–	376
Contrato de Autorização	22.729	20.000	(722)	42.007	(1.969)	40.038
Ágio	5	–	–	5	–	5
Total	**23.172**	**20.045**	**(739)**	**42.478**	**(1.996)**	**40.482**
Intangível administrativo em serviço						
Software	14	–	(5)	9	(4)	5
Total	**14**	**–**	**(5)**	**9**	**(4)**	**5**
Total do intangível	**23.186**	**20.045**	**(744)**	**42.487**	**(2.000)**	**40.487**

(*) Maiores detalhes sobre a adição de R$20.000 no Contrato de Autorização, vide nota explicativa nº 8. **11. Fornecedores:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Fornecedores	85	349	1.425	890
Provisões de fornecedores (i)	433	98	21.988	5.032
	518	**447**	**23.413**	**5.922**

(i) O saldo de 2024 corresponde a valores de R$ 16.729 referentes a multa contratual a ser paga à Cemig. Esse contrato prevê um mecanismo pelo qual a exposição mensal – diferença entre o contrato e a geração comprometida – é assumida pelo comprador. Ao final de cada ano civil, caso a geração comprometida seja inferior ao contratado, a usina deve ressarcir o comprador pelo volume não gerado, valorado ao PLD do ano. Adicionalmente, o saldo inclui R$ 1.471 de provisão para compra de energia e aproximadamente R$ 3.786 de provisão para despesas com operação, manutenção (O&M) e custos administrativos. **12. Tributos e Contribuições Sociais a Recolher:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
PIS e COFINS	3	–	629	1.150
IRPJ e CSLL	3	1	3.802	1.695
ISS retido	1	–	1	16
ICMS	–	–	49	–
INSS retido	1	–	37	18
Outros impostos	–	12	–	38
	8	**13**	**4.518**	**2.917**

13. Encargos com Energia Elétrica:

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Encargos de uso de rede elétrica	2.369	2.285
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	142	131
	2.511	**2.416**

14. Passivos de Arrendamentos: a) Composição dos passivos de arrendamentos:

Contrato	Valor contratual	Data de início	Taxa de juros a.a.	Data final	Forma de pagamento	31/12/24	31/12/23
Aditivo aluguel sede	1.432	Mai./23	3,50%	Abr./26	Mensal	655	1.128
	1.432					**655**	**1.128**
					Circulante	**488**	**474**
					Não circulante	**167**	**654**

Os vencimentos das parcelas dos passivos de arrendamentos estão distribuídos como a seguir:

	Consolidado
2025	488
2026	167
	655

Movimentação dos passivos de arrendamentos:

						Controladora e Consolidado
	Saldo em 31/12/23	**Adições**	**Pagamentos**	**Juros apropriados**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/24**
Aluguéis	474	–	(504)	31	487	488
Passivo circulante	**474**	**–**	**(504)**	**31**	**487**	**488**
Aluguéis	654	–	–	–	(487)	167
Passivo não circulante	**654**	**–**	**–**	**–**	**(487)**	**167**
Total	**1.128**	**–**	**(504)**	**31**	**–**	**655**

						Controladora e Consolidado
	Saldo em 31/12/22	**Adições**	**Pagamentos**	**Juros apropriados**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/23**
Aluguéis	155	778	(490)	31	–	474
Passivo circulante	155	778	(490)	31	–	474
Aluguéis	–	651	–	3	–	654
Passivo não circulante	**–**	**651**	**–**	**3**	**–**	**654**
Total	**155**	**1.429**	**(490)**	**34**	**–**	**1.128**

b) Arrendamento de controladas indiretas: As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento de terras nos parques solares, no município de Oliveira dos Brejinhos, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos (base variável não é aplicável o CPC 06) e apresenta vigência em torno de 40 anos. **15. Partes Relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Ativo				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	1.493	1.442	1.493	1.442
Outras contas a receber:				
Essentia PCHs S.A.	1	7	1	7
Chapada Branca Holding S.A.	125	–	125	–
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	–	75	–	75
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A.	178	–	–	–
Tria Comercializadora de Energia S.A.	62	–	62	–
	1.859	**1.524**	**1.681**	**1.524**

continuação ☛

continuação

Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Passivo				
Outras contas a pagar:				
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3	–	3	–
	3	**–**	**3**	**–**
Resultado – receitas				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	15.852	14.524	15.852	14.524
	15.852	**14.524**	**15.852**	**14.524**

As principais operações entre partes relacionadas são: (i) Compartilhamento de custos – origem pela IBH I: refere-se a compartilhamento de custos referente a despesas gerais e folha de pagamento. Os valores são rateados na proporção de 50% entre a Companhia e a Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. Remuneração da Administração: A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH I corresponde a R$7.353 (R$ 4.865 em 31 de dezembro de 2023 e uma média de R$1.880). Os gastos são registrados na IBH I e rateados conforme indicado no item (i) acima. **16. Empréstimos e Financiamentos: a) Contratos: (i) BNDES:** Em 30 de outubro de 2020, a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano. O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III foram disponibilizadas conforme a seguir: • Crédito "A" - Investida OB I, recurso total de R$313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R$250.618 e subcrédito A2 no valor de R$62.654. • Crédito "B" - Investida OB II, recurso total de R$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R$263.190 e subcrédito B2 no valor de R$65.798. • Crédito "C" - Investida OB III recurso total de R$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R$214.192 e subcrédito C2 no valor de R$53.548. **(ii) CCB 1:** Em 28 de maio de 2021, a Companhia captou o valor de R$149.500, por meio de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,00% ao ano, com vencimento para 23 de maio de 2022. Em 20 de maio de 2022, ocorreu um aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2023, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,35% ao ano. Em 02 de fevereiro de 2023, ocorreu um novo aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2024, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,50% ao ano. Em 09 de fevereiro de 2024, ocorreu um novo aditamento à CCB 1 com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de agosto de 2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano. A operação foi liquidada antecipadamente em 30 de setembro de 2024. **(iii) 1ª Emissão de Notas Comerciais:** Em 23 de fevereiro de 2023, foi realizada a 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, no valor de R$319.500, com vencimento em 23 de fevereiro de 2024 e taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,50% ao ano. Em 14 de fevereiro de 2024, ocorreu um aditamento à 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de agosto de 2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano. As notas comerciais foram resgatadas antecipadamente em sua totalidade em 01 de outubro de 2024. **(iv) CCB 2:** Em 28 de abril de 2023 a companhia captou o valor de R$5.000, por meio de cédula de crédito bancário, junto ao Santander. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,60% ao ano, com vencimento para 26 de abril de 2024. A operação foi liquidada antecipadamente em 05 de fevereiro de 2024. **b) Empréstimos e financiamentos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	–	567.532	50.509	615.521
(–) Custo de Colocação de Dívidas	–	–	(511)	(534)
	–	**567.532**	**49.998**	**614.987**
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	–	–	992.740	993.776
(–) Custo de Colocação de Dívidas	–	–	(4.837)	(5.348)
	–	**–**	**987.903**	**988.428**
Total Empréstimos e Financiamentos	**–**	**567.532**	**1.037.901**	**1.603.415**

c) Composição de empréstimos e financiamentos:

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora 31/12/24	Controladora 31/12/23	Consolidado 31/12/24	Consolidado 31/12/23
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	CCB 1	149.500	28/05/21	CDI + 2,75% a.a.	Bullet	Bullet	22/08/25	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	–	203.080	–	203.080
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	1ª Nota Comercial	319.500	23/02/23	CDI + 1,50% a.a.	Bullet	Bullet	23/02/24	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	–	358.933	–	358.933
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	CCB 2	5.000	28/04/23	CDI + 2,60% a.a.	Bullet	Bullet	26/04/24	Garantias Corporativa prestadas no âmbito do Revolving Credit Agreement celebrado inicialmente entre fundos geridos pelo Pátria.	–	5.519	–	5.519
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.	BNDES	910.000	30/10/20	IPCA + 4,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/10/44	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão Holding, OB I, OB II e OB III; (ii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto (iv) Fiança Bancária até a Conclusão do Projeto[1].	–	–	1.043.249	1.041.765
								(–) Custo de Colocação de Dívidas	–	–	(5.348)	(5.882)
									–	**567.532**	**1.037.901**	**1.603.415**

[1] Conclusão do Projeto obtida em julho de 2023 e fianças bancárias exoneradas.

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	Controladora		
	Empréstimos e Financiamentos	(–) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/22	**176.950**	**(405)**	**176.545**
Ingresso	324.500	–	324.500
Provisão de juros	66.082	–	66.082
Amortização de custos de colocação de dívida	–	405	405
Liquidação do principal	–	–	–
Liquidação dos encargos	–	–	–
Saldo em 31/12/23	**567.532**	**–**	**567.532**
Ingresso	–	–	–
Provisão de juros	51.126	–	51.126
Liquidação do principal	(509.500)	–	(509.500)
Liquidação dos encargos	(109.158)	–	(109.158)
Saldo em 31/12/24	**–**	**–**	**–**
Circulante			**–**
Não circulante			**–**

	Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	(–) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/22	**1.215.741**	**(6.846)**	**1.208.895**
Ingresso	324.500	–	324.500
Provisão de juros	108.462	–	108.462
Amortização de custos de colocação de dívida	–	964	964
Atualização monetária	48.593	–	48.593
Liquidação do principal	(45.243	–	(45.243)
Liquidação dos encargos	(42.755)	–	(42.755)
Saldo em 31/12/23	**1.609.297**	**(5.882)**	**1.603.415**
Ingresso	–	–	–
Provisão de juros	93.933	–	93.933
Amortização de custos de colocação de dívida	–	534	534
Atualização monetária	48.997	–	48.997
Liquidação do principal	(556.976)	–	(556.976)
Liquidação dos encargos	(152.002)	–	(152.002)
Saldo em 31/12/24	**1.043.249**	**(5.348)**	**1.037.901**
Circulante			**49.998**
Não circulante			**987.903**
			1.037.901

e) Fluxo nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
1 ano	–	567.532	50.509	615.522
2 anos	–	–	49.117	46.575
3 anos	–	–	49.433	46.865
4 anos	–	–	49.762	47.166
5 anos	–	–	50.104	47.479
A partir de 5 anos	–	–	794.324	805.690
	–	**567.532**	**1.043.249**	**1.609.297**

Refere-se à composição por ano de vencimento no valor bruto da dívida. **f) Custo de transação:** Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **g) Condições restritivas financeiras ("covenants") :** O financiamento com o BNDES obtido pelas investidas da Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding S.A., com base nas demonstrações financeiras. O cálculo no encerramento em 31 de dezembro de 2024 deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente. Em 31 de dezembro de 2024 o índice de 1,30 foi atingido, portanto, não foram identificados descumprimentos de covenants. **Debêntures: a) Contrato: 2ª Emissão de Debêntures:** Em 20 de fevereiro de 2024, a Companhia captou o valor de R$100.000, via sua 2ª emissão de debêntures, em série única, com vencimento para 19 de fevereiro de 2025. A dívida é composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,60% ao ano. As debêntures foram resgatadas antecipadamente em sua totalidade, em 16 de outubro de 2024. **b) Movimentação de debêntures:**

	Controladora e Consolidado		
	Debêntures	(–) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/22	**306.003**	**–**	**306.003**
Ingresso	6.600	–	6.600
Provisão de juros	(298.200)	–	(298.200)
Liquidação dos encargos	(14.403)	–	(14.403)
Saldo em 31/12/23	**–**	**–**	**–**
Saldo em 31/12/23	**–**	**–**	**–**
Ingresso	100.000	(7.136)	92.864
Provisão de juros	8.777	–	8.777
Amortização de custos de colocação de dívida	–	7.136	7.136
Liquidação do principal	(100.000)	–	(100.000)
Liquidação dos encargos	(8.777)	–	(8.777)
Saldo em 31/12/24	**–**	**–**	**–**

18. Obrigações Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Encargos trabalhistas	1.386	1.532	1.425	1.551
Provisões de férias, 13º salário e bônus	9.112	11.027	9.230	11.097
Incentivo de Longo Prazo	3.281	–	3.281	–
	13.779	**12.559**	**13.936**	**12.648**

19. Provisão para Riscos:

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Processo fiscal (i)	–	1.680
Reclamações trabalhistas	–	57
	–	**1.737**

Movimentação da provisão para riscos:

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Saldo anterior	1.737	57
Adições	–	1.680
Reversão de provisão	(1.555)	–
Pagamentos	(182)	–
	–	**1.737**

(i) A investida indireta OB III esteve envolvida em um processo relacionado ao questionamento da escrituração de notas fiscais referentes aos anos de 2020 e 2021. Como contrapartida, foi registrado um saldo a receber do antigo provedor de outsourcing fiscal. Do montante inicial de R$ 1.637, a investida indireta OB III efetuou o pagamento de R$ 182 por meio da adesão ao REFIS da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia finalizando assim o processo. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processo relativo ao questionamento da área considerada edificável do projeto para fins de expedição do alvará de construção. Através de emissão de pedido de liminar realizado pela Companhia, que foi deferido, o valor da taxa de expedição foi reduzido. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R$ R$ 1.229. As controladas indiretas da Companhia possuem processo em fase administrativa correspondente a questionamento sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R$ R$ 2.562. **20. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$888.259 (R$850.000 em 31 de dezembro de 2023), representado por 850.000 ações (850.000 em 31 de dezembro de 2023). A composição do capital social por acionista é como se segue:

	31/12/24	31/12/23
Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%	100%

b) Alterações no capital social: Em 30 de setembro de 2024, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$38.259 (representado por 38.259 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal). Foi integralizado ao longo do exercício um montante de R$ 655.000, conforme quadro das demonstrações das mutações do patrimônio líquido. **c) Resultado por ação:**

	31/12/24	31/12/23
Prejuízo do exercício	(151.518)	(122.696)
Média ponderada de ações ordinárias	788.932.534	779.315.422
Prejuízos básico e diluído por ação (em R$)	(0,1921)	(0,1574)

21. Receita Operacional Líquida:

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Geração de energia – contratada	166.936	180.528
Geração de energia – CCEE	1.653	15
Outras receitas (i)	2.881	–
	171.470	**180.543**
PIS	(1.105)	(1.168)
COFINS	(5.100)	(5.394)
TFSEE	(1.712)	(1.573
	(7.917)	**(8.136)**
	163.553	**172.407**

(i) Vendas provenientes da emissão de crédito de carbono durante o exercício de 2024. **22. Custo dos Serviços Prestados:**

	Consolidado	
	31/12/24	31/12/23
Compra de energia	(39.314)	(7.966)
Tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST") (i)	(28.476)	(26.945)
Custos com energia elétrica	**(67.790)**	**(34.911)**
Pessoal e encargos	(845)	(601)
Materiais	(1.270)	(713)
Serviços de terceiros	(7.461)	(9.744)
Prêmios de seguros	(2.430)	(2.379)
Arrendamento e aluguéis	(1.786)	(2.117)
Depreciação e amortização	(49.700)	(48.480)
Outros	782	(734)
Custos de operação	**(62.710)**	**(64.768)**
	(130.500)	**(99.679)**

(i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL. **23. Despesas Gerais e Administrativas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Pessoal e encargos	(18.259)	(13.731)	(18.260)	(13.731)
Materiais	(65)	(34)	(67)	(39)
Serviços de terceiros	(1.192)	(2.189)	(1.795)	(4.442)
Seguros	(15)	(14)	(15)	(14)
Provisão para contingências	–	–	99	(42)
Depreciação e amortização	(548)	(1.340)	(2.517)	(1.340)
Tributos	(14)	(17)	(30)	(17)
Arrendamentos e aluguéis	(194)	(190)	(204)	(209)
Outras despesas	(618)	(841)	(326)	(1.628)
	(20.905)	**(18.356)**	**(23.115)**	**(21.462)**

24. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Rendimentos das aplicações financeiras	1.859	810	11.599	9.467
Tributos sobre receitas financeiras	(87)	(39)	(99)	(50)
Outras receitas financeiras (i)	21	29	6.430	50
Total – Receitas financeiras	**1.793**	**800**	**17.930**	**9.467**
Juros e atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(59.903)	(72.681)	(151.707)	(163.654)
Comissões, garantias e fianças (ii)	(17.375)	(855)	(18.039)	(12.577)
IOF	(3)	(98)	(201)	(285)
Outras despesas financeiras	(337)	(433)	(970)	(704)
Total – Despesas financeiras	**(77.618)**	**(74.067)**	**(170.917)**	**(177.220)**
	(75.825)	**(73.267)**	**(152.987)**	**(167.753)**

(i) Ganho financeiro de Mark-to-Market (MTM) no montante de R$ 6.189 decorrente do distrato do contrato de comercialização de energia elétrica com a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (ii) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados. **25. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(151.518)	(122.696)	(143.049)	(116.487)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	**(52.118)**	**(41.717)**	**(49.238)**	**(39.606)**
Despesas permanentes não dedutíveis	92		112	
Compensação de prejuízos	–	–	(20)	
Equivalência patrimonial	(18.628)	(10.565)	–	–
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	70.052	52.282	70.052	39.580
Tributação pelo regime de lucro presumido	–	–	(29.976)	(6.235)
Despesas de IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**(8.469)**	**(6.209)**
Alíquota efetiva			5%	5%

26. Instrumentos Financeiros: A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. **a) Gestão de risco:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são: **(i) Risco de liquidez:** A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 a 24 meses de projeção a partir da data de referência. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo. **(ii) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado. **(iii) Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa. **(iv) Risco de crédito:** Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia e controladas a incorrerem em perdas financeira devido a concentração de suas receitas de venda de energia em um único cliente. A Companhia e controladas têm a possibilidade de venda de energia no mercado de curto prazo, o que mitiga parte do risco de crédito, e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. **b) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos financeiros.

			Controladora 31/12/24				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	6.127	898	673	1.122	449	1.346

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

			Consolidado 31/12/24				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	69.787	10.224	7.668	12.780	5.112	15.336
Títulos e valores mobiliários	CDI	49.116	7.195	5.397	8.994	3.598	10.793
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	(1.043.249)	(51.745)	(38.809)	(64.681)	(25.873)	(77.618)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil:

	Controladora		
	2024	2023	Mensuração a valor justo
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalência de caixa	6.127	14.609	Nível 1
Custos amortizado			
Partes relacionadas	1.859	1.524	
Passivos financeiros			
Custos amortizado:			
Fornecedores	518	447	
Empréstimos e financiamentos	–	567.532	

	Consolidado		
	2024	2023	Mensuração a valor justo
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	69.787	60.829	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	49.116	44.981	Nível 2
Custos amortizado:			
Contas a receber	19.367	16.831	
Partes relacionadas	1.681	1.524	
Passivos financeiros			
Custos amortizado:			
Fornecedores	23.413	5.922	
Empréstimos e financiamentos	1.037.901	1.603.415	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento. **27. Gestão do Capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. **28. Transações que não Afetam Caixa:** As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Constituição de arrendamento no imobilizado	–	1.432	–	1.432
Provisão para riscos	–	–	182	1.637
Provisões de fornecedores	34	38	16.792	2.563
Aumento de capital	38.259	633.741	38.259	633.741
	38.293	**634.941**	**55.233**	**639.373**

29. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, D&O, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

Diretor: Gabriel Marinho de Farias

Contador: Fabio Henrique Silva Marques - CRC SP-315705/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da **Infraestrutura Brasil Holding I S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase**:** *Concentração da receita de venda de energia***:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada em sua grande maioria em um cliente. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Stone Holding Instituições S.A.

CNPJ/MF nº 48.912.814/0001-29

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**127.052**	**88.618**
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.943	100
Impostos recuperáveis		4.093	–
Outros ativos		16	–
Dividendos a receber	6	–	88.518
Não circulante		**2.125.073**	**1.741.954**
Investimentos	5	2.125.073	1.741.954
Total do ativo		**2.252.125**	**1.830.572**
Passivo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante		**118.944**	**80.419**
Juros sobre o capital próprio a pagar	7.2.4	115.540	80.344
Obrigações tributárias		3.383	–
Contas a pagar		12	75
Outros passivos		9	–
Patrimônio líquido		**2.133.181**	**1.750.153**
Capital social	7.1	1.699.198	1.379.198
Reserva de capital	7.2.1	330.582	140.170
Reserva legal	7.2.2	21.821	16.915
Outros resultados abrangentes		(431.123)	(341.558)
Reserva de lucros	7.2.3	512.703	555.428
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.252.125**	**1.830.572**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados do Exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas administrativas	8	(82)	(75)
Despesas financeiras, líquidas		–	(763)
Outras despesas operacionais		(13.855)	(105)
Total de despesas		**(13.937)**	**(943)**
Resultado de participação em controlada	5	112.048	339.234
Lucro/Prejuízo antes do IR e CS		**98.111**	**338.291**
Lucro líquido do exercício		**98.111**	**338.291**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**98.111**	**338.291**
Outros resultados abrangentes	**(89.564)**	**(341.558)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício		
Reflexo de equivalência patrimonial	(89.564)	(341.534)
Outros resultados abrangentes	–	(24)
Resultado abrangente do exercício	**8.547**	**(3.267)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**100**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**100**
Aumento de capital – constituição	7.1	1.379.098	–	–	–	–	–	1.379.098
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		–	174.896	–	–	–	–	174.896
Movimentação proveniente de acervo de aquisição de investimento		–	(34.540)	–	314.396	(406.389)	–	(126.533)
Outros		–	(186)	–	–	–	–	(186)
Outros resultado abrangentes		–	–	–	–	64.831	–	64.831
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	338.291	338.291
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	7.2.2	–	–	16.915	–	–	(16.915)	–
Reservas de lucros	7.2.3	–	–	–	241.032	–	(241.032)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	7.2.4	–	–	–	–	–	(80.344)	(80.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.379.198**	**140.170**	**16.915**	**555.428**	**(341.558)**	**–**	**1.750.153**
Aumento de capital	7.1	320.000	–	–	–	–	–	320.000
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		–	190.412	–	–	–	–	190.412
Outros resultado abrangentes			–		–	(89.565)	–	(89.565)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	98.111	98.111
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	7.2.2	–	–	4.906	–	–	(4.906)	–
Reservas de lucros	7.2.3	–	–	–	93.205	–	(93.205)	–
Juros sobre o capital próprio	7.2.4	–	–	–	(135.930)	–	–	(135.930)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.699.198**	**330.582**	**21.821**	**512.703**	**(431.123)**	**–**	**2.133.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		**98.111**	**338.291**
Ajustes ao lucro líquido:		**(112.048)**	**(339.129)**
Resultado de participação em controlada		(112.048)	(339.234)
Outras despesas operacionais		–	105
Variações nos ativos e passivos:		**(788)**	**75**
Imposto de renda a recuperar		(4.093)	–
Outros créditos diversos		(16)	–
Contas a pagar		(71)	75
Obrigações tributárias		3.383	–
Outros passivos diversos		9	–
Juros sobre capital próprio a pagar		–	–
Caixa líquido das atividades operacionais		**(14.725)**	**(763)**
Dividendos recebidos de entidade controlada		88.518	**–**
Juros sobre capital próprio recebido de entidade controlada	5	149.785	–
Aumento de capital em entidade controlada		(320.000)	(200.000)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(81.697)**	**(200.000)**
Integralização de capital		320.000	200.763
Impostos sobre juros sobre capital próprio recolhidos		(20.391)	–
Dividendos pagos		(80.344)	
Caixa líquido das atividades de financiamento		**219.265**	**200.763**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**122.843**	**–**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	100	100
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	4	122.943	100
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**122.843**	**–**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Stone Holding Instituições S.A. ("Companhia") foi constituída em 26 de outubro de 2022, está localizada em São Paulo, na Av. Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 5, CEP 05402-500. A Companhia tem por objeto social deter participações societária em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, é controlada diretamente pela DLP Capital LLC ("DLP Capital") e 0,01% pela DLPPAR Participações S.A. e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"); e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Ressalte-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2025.

3. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **a. Base de consolidação:** Esta demonstração financeira segue o modelo individual, uma vez que a Companhia se enquadras às exceções do CPC 36/IFRS10 – Demonstrações consolidadas, parágrafo 4: "(i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; (ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); (iii) ela não tiver arquivado nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36/IFRS 10, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento" **b. Classificação como circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **c. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: • CPC 26 – Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulante ou não circulante. As alterações são efetivas para o exercício anual iniciado em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. • CPC 03 – Demonstração de Fluxos de Caixa e no CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros, para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento com fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade. • Alterações ao CPC 06 – Responsabilidade de arrendamento em uma venda e *leaseback*: Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações à IFRS 16 para especificar os requisitos que um arrendatário utiliza na mensuração do passivo de arrendamento resultante de uma transação de venda e *leaseback*, para garantir que o arrendatário não reconheça qualquer quantia de ganho ou perda relacionada com o direito de uso que retém. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a transações de venda e *leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **d. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A norma entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada; • CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados em uma de cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas 'funções' identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* "PFS") e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional" e eliminam as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Existem ainda alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exerccios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está avaliando as alterações a serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia está avaliando se as alterações afetarão as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa – 4.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias) e alta liquidez, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

4.2. Saldos	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades – em moeda nacional	122.943	100
	122.943	**100**

(a) Em 31 de dezembro de 2024, R$ 122.933 refere-se a saldos mantidos com a Stone IP.

5. Investimentos – 5.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligada e em controlada da Companhia são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Companhia determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

5.2. Valores em R$

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**Nota**	**Controlada Stone Instituição de Pagamento S.A.**
Reorganização societária[a]		1.051.802
Aumento/ Redução de capital		199.980
Equivalência patrimonial		339.234
Reflexo de pagamento baseado em ações		174.896
Reflexo de ajuste de avaliação a valor justo de contas a receber		64.854
Reflexo de custo na emissão de ações		(186)
Outros		(108)
Distribuição de dividendos		(88.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.741.954**
Aumento/ Redução de capital	5.3	320.000
Equivalência patrimonial		112.048
Reflexo de pagamento baseado em ações		190.412
Reflexo hedge fluxo de caixa na controlada		(18.571)
Reflexo efeito fiscal hedge fluxo de caixa na controlada		6.314
Reflexo de ajuste de avaliação a valor justo de contas a receber		(117.132)
Reflexo de ajuste fiscal de avaliação a valor justo de contas a receber		39.825
Recebimento de dividendos e JSCP		(149.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**2.125.073**

(a) O laudo emitido, por auditoria independente, em 30 de novembro de 2022 determinou o valor de patrimônio líquido como saldo inicial, no montante de R$ 1.178.335. Na data base de 31 de dezembro de 2022 da entrada dos saldos, o patrimônio líquido da Stone IP era de R$ 1.051.802, conforme demonstrado na linha de reorganização societária. **5.3. Informações de controladas diretas:** Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP"): A Stone IP. com sede em São Paulo, Av. Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 5, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Stone IP tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone IP também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas. Em atendimento ao artigo 7º da Resolução BCB nº 81/21, de 25 de março de 2021, a totalidade de ações de emissão da Stone IP de titularidade da DLP Capital LLC, representativas de aproximadamente 99,99% do capital social da Stone IP, foi conferida pela DLP Capital LLC à Companhia ("Conferência de Ações"), a qual foi formalizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia S.A. realizada em 2 de janeiro de 2023. Como consequência da Conferência de Ações, a Companhia passou a ser a nova controladora direta da Stone IP. Em 11 de julho de 2023 a Stone IP recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 31 de maio de 2023, no valor total de R$ 200.000, mediante a emissão de 200.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Companhia em junho de 2023. Em 18 de dezembro de 2024 a Stone IP recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 11 de novembro de 2024, no valor total de R$ 320.000, mediante a emissão de 320.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (nota 5.2). As novas ações foram integralizadas pela Companhia em novembro de 2024. Em 25 de abril de 2024 a Stone IP aprovou em AGE a distribuição de dividendos no valor de R$ 88.518, à Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme estabelecido em AGE a Stone IP deliberou o pagamento de R$ 149.800 a título de juros sobre capital própio. A Companhia, por deter participação de 99,99% sobre a Stone IP, recebeu o montante de R$ 149.785.

6. Dividendos a receber	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	–	88.518
Total	**–**	**88.518**

7. Patrimônio líquido – 7.1. Capital social: Em AGE aprovada em 02 de janeiro de 2023, a Companhia aumentou seu capital em R$ 1.178.335, passando a ter um capital social de R$ 1.178.435, dividido em 1.178.435.203 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE aprovada em 31 de maio de 2023, a Companhia aumentou seu capital em R$ 200.763, passando a ter um capital social de R$ 1.379.198, dividido em 1.379.198.092 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE aprovada em 11 de novembro de 2024, a Companhia aumentou seu capital em R$320.000, passando a ter um capital social de R$ 1.699.198, dividido em 1.699.198.102 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R$ 1.699.198 (R$ 1.379.198 em 31 de dezembro de 2023), representado por 1.379.198.092 (1.379.198.092 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.

Acionistas	**País sede**	**31/12/2024 Participação (%)**	**31/12/2024 Total de ações**	**31/12/2023 Participação (%)**	**31/12/2023 Total de ações**
DLP Capital LLC	Brasil	99,99%	1.699.198.092	99,99%	1.379.198.092
DLPPAR Participações S.A.	Brasil	0,01%	10	0,01%	10
Total do Capital Social		**100,00%**	**1.699.198.102**	**100,00%**	**1.379.198.102**

7.2. Reservas de lucros: 7.2.1. Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui uma reserva de capital no montante de R$ 330.582 (R$ 140.170 em 31 de dezembro de 2023). **7.2.2. Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma Reserva Legal de R$ 4.906 (R$ 16.915 em 31 de dezembro de 2023) totalizando R$ 21.821 (R$ 16.915 em 31 de dezembro de 2023). **7.2.3 Reservas de lucros:** A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei no 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma reserva estatutária no valor de R$ 93.205 (R$ 241.032 em 31 de dezembro de 2023) totalizando R$ 512.703 (R$ 555.428 em 31 de dezembro de 2023). **7.2.4. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP):** O estatuto da Companhia prevê a distribuição, de dividendo mínimo obrigatório, sendo para o exercício de 2024 1% (25% para o exercício de 2023), aplicado sobre o lucro líquido ajustado prevista no artigo 204 da Lei no 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu distribuição de dividendo mínimo obrigatório (R$ 80.344 em 31 de dezembro de 2023). Em AGEs realizadas em 29 de novembro de 2024 e 30 de dezembro de 2024, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor R$ 122.500 e R$ 13.430 respectivamente, totalizando R$ 135.930. A tributação do JCP é recolhida na forma de Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 15%. Sendo assim, a Companhia, é responsável por reter e recolher o imposto devido no valor total de R$ 20.389, estando R$ 2.014 provisionados e R$ 18.375 já recolhidos em 31 de dezembro de 2024.

8. Despesas administrativas	**Exercício findo em 31/12/2024**	**Exercício findo em 31/12/2023**
Serviços de terceiros	(80)	(75)
Outros	(2)	–
Total	**(82)**	**(75)**

9. Gerenciamento de riscos – A Companhia possui a área de Gestão de Riscos, liderada pelo *Chief Risk Officer* ("CRO") e formada pelas equipes: ERM (*Enterprise Risk Management*), Gestão de Capital, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Prevenção à Fraude e Segurança da Informação. A área é responsável pela estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e pela estrutura de gerenciamento de capital. Assessora o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva quanto aos níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir, a capacidade de a instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente de acordo com os objetivos estratégicos da instituição, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua. Neste contexto, a Companhia possui a Política de Gestão de Riscos e Capital, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis à Companhia em diversas jurisdições e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital. As atividades da área de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite de Riscos pela Companhia ("RAS"). A área de Gestão de Riscos reporta periodicamente ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva por meio de Comitês de Riscos e Comitês Executivos. Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos: **9.1. Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perda financeira resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. A Companhia realiza o gerenciamento de risco de mercado por meio de política interna, onde a área de Tesouraria atua como primeira linha de defesa, e a área de Riscos, como segunda linha de defesa. A política abrange processos da companhia que resultam em exposição ao risco de mercado e define métricas e procedimentos para gerenciamento do risco de taxa de juros e do risco cambial. **9.2. Risco de liquidez**: é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A Companhia realiza o gerenciamento do risco de liquidez através de limites de risco que abrangem cenários de estresse, definidos em política interna. A política também tem como objetivo garantir e gestão de exposição de riscos de contrapartes. A área de Riscos realiza monitoramento da adequação da liquidez da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Em 31 de dezembro de 2024	**31/12/2024 Menos de um ano**	**31/12/2023 Menos de um ano**
Contas a pagar	12	75
Juros sobre o capital próprio a pagar	115.540	80.344
Outros Passivos	9	–

9.2.1. Instrumentos financeiros por categoria: (i) Ativos conforme o balanço patrimonial:

Em 31 de dezembro de 2024	**31/12/2024 Custo amortizado**	**31/12/2023 Custo amortizado**
Dividendos a receber	–	88.518
	–	**88.518**

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Stone Holding Instituições S.A.

(ii) Passivos conforme o balanço patrimonial:

Em 31 de dezembro de 2024	31/12/2024	31/12/2023
	Custo amortizado	
Juros sobre o capital próprio a pagar	115.540	80.344
Contas a pagar	12	75
Outros passivos	9	–
	115.561	**80.419**

9.2.2. Mensuração do valor justo: Em 31 de dezembro de 2024, todos os ativos e passivos mensurados a custo amortizado tem seu valor justo próximo do seu valor contábil. **9.3. Risco de Crédito:** é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da Stone IP., o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. A Companhia dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por: • **Emissores:** a área de Controle de Risco Financeiro realiza o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor. Para emissores que não são conhecido no mercado, o time de risco de crédito realiza uma avaliação de riscos baseadas em:(I) Informações de Balanços Patrimoniais, (II) Inadimplências da Carteira de Crédito(Operações de crédito vencidas acima de 90 dias), (III) Demonstrativos Financeiras publicados periodicamente nos Catálogo de Documentos (CADOCs) do BCB, (IV) Grupos econômicos e familiares dos Emissores e (V) Qualquer outra informação que que seja considerada relevante para a avaliação de risco. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco, quando disponível. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone IP realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem a Companhia tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros. • **Subcredenciadores:** a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos ("TPV") e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior, analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pela Companhia), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone IP tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados à Companhia são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos da Companhia são devidamente repassados aos usuários finais recebedores. • **Demais riscos de crédito:** Os riscos de crédito dos demais riscos de crédito da companhia são compostos pelas operações de créditos que a companhia possui e quaisquer outra criação de novos produtos. Para as operações de crédito, estas são monitoradas diariamente pelo time de Risco de Crédito, onde são acompanhados saldos das operações, inadimplências da carteira, volume e qualidade de concessões, performance dos produtos durante o tempo, além de outros indicadores de gestão de portfólio. Sobre o ponto de vista de provisionamento, a companhia utiliza os conceitos da Resolução BCB nº4.966, sobre os ativos que compõem a carteira. Essa resolução é baseada na perda esperada da operação e classificando-as em Estágios, categorizado em Estágio 1 – Ativos com baixo risco de crédito, Estágio 2 – Ativos com aumento de risco de crédito, e Estágio 3 – Ativos com alto risco de crédito. Para os demais riscos de crédito é realizada pela área de Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de "agenda negativa" em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pela Companhia ao estabelecimento comercial, a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*.

A Diretoria

Camila Del Poente
Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria da
Stone Holding Instituições S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Holding Instituições S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, Intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2025.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/O
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP 241.544

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

DMCore Holding Financeira S.A.

CNPJ nº 37.297.147/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Contexto Organizacional:** A DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2020, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, tem por objeto a participação no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A DMCore é controladora de instituições reguladas pelo Banco Central, como DM Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e a DM Sociedade de Crédito Direto S.A., e de uma instituição de pagamento em processo de aprovação do regulador, a DM Instituição de Pagamento S.A. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração em 10 de abril de 2025. **Operações:** A Companhia atua como investidora de instituições reguladas pelo Banco Central e de uma instituição de pagamento, com objetivo de operacionalizar operações de cartão de crédito e empréstimo pessoal do Grupo, investindo em processos inovadores e tecnológicos para atendimento do regulador, garantindo assim, um crescimento saudável e rentável. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 10 de abril de 2025. **Denis César Correia** - Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
Ativo				**Passivo e Patrimônio Líquido**			
Circulante		**1.800**	**574**	**Circulante**		**8.977**	**11.200**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	1.669	555	Fornecedores		30	16
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	83	–	Tributos e contribuições sociais		11	–
Tributos e contribuições a recuperar	**6**	48	19	Dividendos a pagar		8.936	11.184
Não circulante		**802.323**	**173.251**	**Não circulante**	**11**	**2.469**	**2.372**
Títulos e Valores Mobiliários	**5**	513	536	Empréstimos e financiamentos	**10**	2.469	2.372
Outros créditos	**7**	2.584	2.882	**Patrimônio Líquido**	**14**	**792.677**	**160.253**
Investimentos	**8**	797.011	166.879	Capital social		973.038	131.974
Intangível	**9**	2.215	2.954	Reserva legal		–	1.968
				Reserva de capital		–	115
				Reservas de lucros		–	26.196
				Prejuízos acumulados		(180.361)	–
Total do Ativo		**804.123**	**173.825**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**804.123**	**173.825**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**11.930**	**50**	**(3)**	**678**	**–**	**12.655**
Integralização de capital	14	120.044	–	–	–	–	**120.044**
Ágio aquisição de ações de não controladores		–	–	118	–	–	**118**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	38.371	**38.371**
Destinações:							
Reserva Legal		–	1.918	–	–	(1.918)	**–**
Reserva de lucros		–	–	–	25.518	(25.518)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(10.935)	**(10.935)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**131.974**	**1.968**	**115**	**26.196**	–	**160.253**
Aumento de capital	14	841.064	–	–	–	–	**841.064**
Prejuízo líquido do exercício		–	–			(208.640)	**(208.640)**
Destinações:							
Reserva Legal		–	(1.968)	–	–	1.968	**–**
Reserva de capital		–	–	(115)	–	115	**–**
Reserva de lucros		–	–	–	(26.196)	26.196	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**973.038**	**–**	**–**	**–**	**(180.361)**	**792.677**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2024	2023
(=) Lucro Bruto		**–**	**–**
(+/–) Despesas/receitas operacionais		**(212.921)**	**38.426**
Gerais e administrativas	**15.1**	(1.414)	(845)
Outras receitas (despesas) operacionais		11	–
Resultado Equivalência Patrimonial	**8**	(211.518)	39.271
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(212.921)**	**38.426**
Despesas financeiras	**15.2**	(122)	(112)
Receitas financeiras	**15.2**	6.642	57
(=) Resultado financeiro líquido		**6.520**	**(55)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(206.401)**	**38.371**
(–) Imposto de Renda	**15.3**	(1.641)	–
(–) Contribuição Social	**15.3**	(598)	–
(=) Lucro (Prejuízo) do exercício		**(208.640)**	**38.371**
Nº de ações (Mil)		973.037	131.974
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de Mil Ações (em R$)		**(0,21)**	**0,29**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(206.401)**	**38.371**
Ajustes por:			
Amortização mais valia	**9**	740	738
Resultado de equivalência patrimonial	**8**	211.519	(39.271)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	**10**	106	101
Resultado líquido ajustado		**5.964**	**(61)**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:			
Instrumentos financeiros		(60)	3.719
Tributos e contribuições a recuperar		(29)	(7)
Outros créditos		1	3
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:			
Fornecedores		14	18
Tributos e contribuições sociais		11	–
Outras contas a pagar		–	(64)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(2.242)	–
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		**3.659**	**3.608**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aporte de capital em controlada	**8**	(841.650)	(3.539)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento		**(841.650)**	**(3.539)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	**14**	841.064	–
Amortização de empréstimos	**10**	(8)	–
Dividendos pagos	**11**	(2.248)	–
Dividendos recebidos	**7**	297	460
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento		**839.105**	**460**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.114**	**529**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		555	26
No fim do período		1.669	555
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.114**	**529**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	**(208.640)**	**38.371**
Outros Resultados Abrangentes do Período, Segregados em:	–	–
Resultado Abrangente do exercício	**(208.640)**	**38.371**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto Operacional: A DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia" ou "DMCore"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2020, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Jose dos Campos, estado de São Paulo, tem por objeto a participação no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A DMCore é controladora de instituições reguladas pelo Banco Central. Destacamos os seguintes eventos significativos: ***DM Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("DM CFI")*** : • Durante o exercício de 2023, foram adquiridas novas ações de não controladores no ambiente B3 – Bolsa de Valores e no processo de OPA – Oferta Pública de Ações, totalizando uma participação societária de 94,548019%. • Em 16 de maio de 2024 o Banco Central do Brasil aprovou o aumento e integralização do Capital Social de R$ 761 milhões, conforme deliberado na AGE de 21 de março e 03 de maio de 2024, totalizando o Capital Social em de R$ 773 milhões. ***DM Sociedade de Crédito Direto S.A.*** : • Em 15 de dezembro de 2023, os acionistas da DM Participações S.A. ("DM Participações"), holding do grupo DM, decidem pela retirada da Sociedade da DM Sociedade de Crédito Direto S.A. ("DM SCD"), cedendo e transferindo 99,999904% do capital social para a Companhia, sendo 1.279.552 ações ordinárias. • Em 23 de fevereiro de 2024 o Banco Central do Brasil aprovou o aumento e integralização do Capital Social de R$ 300, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 07 de fevereiro de 2024, totalizando o Capital Social em de R$ 2.384. • Em 22 de outubro de 2024 o Banco Central do Brasil aprovou o aumento e integralização do Capital Social de R$ 350, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 2024, totalizando o Capital Social em de R$ 2.735. ***DM Instituição de Pagamento S.A.*** : • Em maio de 2022, a DM IP alcançou a volumetria superior aos R$ 500.000 (quinhentos milhões), considerando o somatório das transações de pagamentos autorizados nos últimos 12 meses, conforme previsto no artigo 11.º da Resolução BCB n.º 80, de 25 de março de 2021, fato que motivou a protocolar um pedido de autorização para funcionamento como instituição de pagamento. O pedido foi protocolado em 31 de agosto de 2022 junto ao Banco Central do Brasil. Em junho de 2023, após manifestação do regulador, a DM IP seguiu com a alteração de razão social. • Em 14 de março de 2024, os acionistas decidiram em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento e integralização de capital no valor de R$ 60.000, totalizando um capital de R$175.200. • Em 15 de março de 2024, os acionistas decidiram em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento e integralização de capital no valor de R$20.000, totalizando um capital de R$ 195.200. • Publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 2024, o Banco Central do Brasil autorizou a DM IP a funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

2. Políticas e Práticas Contábeis – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A Companhia, fazendo uso da prerrogativa do item 4C do CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas optou por não apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras consolidadas da sua controladora final, DM Participações S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil serão publicadas em 10 de abril de 2025. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2025. **2.2 Base de elaboração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.3 Moeda funcional e de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**: A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. **2.4.1 Valor justo dos instrumentos financeiros**: O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Conforme item 2.6.3, ii, os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, a Administração tem que usar uma quantidade significativa do próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o próprio julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar no reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição. **2.4.2 Passivos contingentes**: As provisões são revisadas regularmente, e constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e divulgados em demonstrações financeiras sempre que for avaliado como possível, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

3. Principais Práticas e Políticas Contábeis Materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**: São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. **3.2 Instrumentos financeiros**: **3.2.1 Ativos e passivos financeiros**: São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. **3.2.2 Classificação de instrumentos financeiros**: As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: I - Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; II - Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e III - Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não operou registros de instrumentos financeiros derivativos no seu balanço. **3.2.3 Reconhecimento e mensuração inicial**: Com base no CPC 46 – Mensuração do valor justo, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo: **Nível 1**: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **Nível 2**: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos. **Nível 3**: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve alto grau de julgamento e premissas da administração. A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação. **3.2.4 Ativos não financeiros**: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.2.5 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**: Com base no pronunciamento técnico CPC 48, as transferências de ativos financeiros dependem da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros. De acordo com o contrato de cessão de direitos creditórios e a escrituração de Debêntures, a Companhia se enquadra no item que: **(i)** A Companhia retém os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros; assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa aos seus debenturistas; e não tem qualquer obrigação de pagar as quantias aos destinatários finais, a menos que receba quantias equivalentes ao ativo original. **(ii)** Não pode vender ou penhorar o ativo original de acordo com o contrato de cessão. **(iii)** Tem a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, a entidade não tem direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação desde a data de recebimento até a data da entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais. **3.3 Investimento em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial**: Os investimentos da Companhia em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas sociedades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre políticas financeiras e operacionais. A parcela atribuível à DMCore Holding Financeira S.A. ("investidora" e "Companhia") sobre o lucro ou prejuízo do exercício das controladas ("investidas") estão registradas no resultado do exercício na rubrica "resultado de equivalência patrimonial". **3.4 Provisões**: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.5 Ativos e passivos contingentes**: Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos não esperados ou passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros e são avaliadas pela Administração em conjunto com assessoria jurídica interna e externa. São reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras quando for considerado provável ou certo a realização e os benefícios econômicos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas ou passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como: **a)** Provável: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial; **b)** Possível: divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e **c)** Remoto: não requerem provisão e nem divulgação. **3.6 Apuração de PIS e COFINS**: A Companhia apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) sobre alíquota de 1,65% e o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre alíquota de 7,6% pelo regime cumulativo com base na Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022, com exceção das receitas financeiras onde a Companhia apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) sobre alíquota de 0,65% e o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre alíquota de 4%. **3.7 Apuração de imposto de renda e contribuição social**: O Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, as taxas acima informadas. **3.8 Intangível**: Os ativos intangíveis compreendem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos. A intangível "licença do Banco Central" foi gerado pelo investimento na DM CFI. São amortizados pela vida útil estimada em laudos externos, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

	Vida útil histórica
Licença do Banco Central	5 anos

3.8.1 Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.9 Transações com partes relacionadas**: São transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. As transações com partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa 13 – Partes Relacionadas. **3.10 Apuração do resultado**: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **3.11 Receitas**: **3.11.1 Receitas financeiras**: As receitas de juros são calculadas utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito. As demais receitas financeiras abrangem receitas com descontos obtidos e rendimentos obtidos nas aplicações financeira. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.11.2 Despesas**: As despesas operacionais e financeiras são reconhecidas por competência no resultado. As despesas financeiras da Companhia abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas e comissões bancárias entre outras despesas financeiras. **3.12 Eventos subsequentes**: Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. **3.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas**: As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC e serão aplicáveis em exercícios futuros. - IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7) Os possíveis impactos para adoção dessas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Caixa E Equivalentes de Caixa: A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", registrada conforme valores abaixo, é composta pelos valores disponíveis em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

	2024	2023
Disponibilidades	**2**	**10**
Em moeda nacional	2	10
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.667**	**545**
Aplicações em operações compromissadas	1.657	545
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10	–
Total	**1.669**	**555**

As aplicações são remuneradas a taxas próximas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

continuação ←

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

DMCore Holding Financeira S.A.

a) Vencimento da carteira:

	Até 90 dias	2024 Total	2023 Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
Aplicações em operações compromissadas	1.657	1.657	545
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10	10	–
Total	**1.667**	**1.667**	**545**

5. Títulos e Valores Mobiliários: a) Composição e classificação da carteira por categoria:

	Custo de aquisição	Ajustes de valor de mercado	2024 Valor Justo (Contábil)	2023 Valor Justo (Contábil)	Nível de valor Justo	Classificação
Títulos privados	**596**	**–**	**596**	**536**		
Certificado de depósito bancário	596	–	596	536	1	VJR
Total	**596**	**–**	**596**	**536**		

b) Vencimento da carteira por categoria:

	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	2024 Total	2023 Total
Certificado de depósito bancário	83	513	596	536
Total	**83**	**513**	**596**	**536**

c) Resultado da carteira: Os resultados obtidos com a carteira de títulos e valores mobiliários estão demonstrados na nota explicativa 15.2.

6. Tributos e contribuições a recuperar: A rubrica "Tributos e contribuições a recuperar", registrada conforme valores abaixo, é composta por impostos próprios retidos e IRPJ estimativa a recuperar.

	2024	2023
IRRF a Compensar	30	12
Antecipações de IRPJ a recuperar	18	7
Total	**48**	**19**

7. Outros créditos: A rubrica "Outros créditos" é composta por dividendos a receber de partes relacionadas no valor de R$ 2.584 (R$2.882 em 2023). A movimentação dos dividendos recebidos está demonstrada abaixo:

	2023	Dividendos recebidos	2024
Dividendos a receber			
DM CFI	298	(298)	–
DM IP	2.584	–	2.584
Total	**2.882**	**(298)**	**2.584**

8. Investimentos: A rubrica "Investimentos", no valor de R$797.011 (R$166.879 em 2023) corresponde à participação societária nas Companhias abaixo:

	DM CFI	DM IP	DM SCD	2024 Total
Patrimônio líquido	609.462	186.746	1.251	
% de participação societária	99,9189%	100,0000%	99,9999%	
Total do investimento	**609.014**	**186.746**	**1.251**	**797.011**
Resultado de equivalência patrimonial	**(165.439)**	**(45.609)**	**(470)**	**(211.518)**

	DM CFI	DM IP	DM SCD	2023 Total
Patrimônio líquido	14.229	152.355	1.071	
% de participação societária	94,55%	100,00%	100,00%	
Total do investimento	**13.453**	**152.355**	**1.071**	**166.879**
Resultado de equivalência patrimonial	**3.305**	**36.175**	**(209)**	**39.271**

DM Sociedade de Crédito Direto S.A. ("DM SCD") : Considerando que, a investida DM SCD apurou prejuízo no exercício, absorvendo parte do capital social, a Companhia aumentou o investimento no valor de R$ 650, de modo a cumprir com o patrimônio mínimo exigido para instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil no valor de R$ 1.000 conforme Resolução CMN n° 5.050 de 25/11/2022, art. 6º.

DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP") : Dado o processo de aprovação da investida DM IP como instituição de pagamento regulada, o Banco Central requereu o aumento do investimento em R$80.000 no exercício de 2024. ***DM Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("DM CFI")*** : Em 13 de maio de 2022, o Banco Central do Brasil aprovou a operação, e em 30 de junho de 2022, as partes concluíram o fechamento da transação, transferindo 608.940 das ações ordinárias do total de 913.778 ações ordinárias para a Companhia pelo valor de unitário de ação de R$ 15,89, totalizando o investimento de R$9.676 correspondente a 66,64% das ações totais. Durante o exercício de 2023, foram adquiridas novas ações de não controladores no ambiente B3 – Bolsa de Valores e no processo de OPA – Oferta Pública de Ações, totalizando uma participação societária de 94,548019%. Dado o crescimento do Grupo DM no exercício de 2024, a Companhia aumentou o investimento na DM CFI no valor de R$ 761 milhões. As movimentações de aumento do investimento estão contempladas no quadro abaixo:

	2023 Investimento	Adição	Equivalência Patrimonial	2024 Investimento
DM SCD	1.071	650	(470)	1.251
DM IP	152.355	80.000	(45.609)	186.746
DM CFI	13.453	761.000	(165.439)	609.014
Total	**166.879**	**841.650**	**(211.518)**	**797.011**

a) *Impairment test*: A compra da DM Financeira foi efetuada pelo método de aquisição e resultou em uma operação de combinação de negócios. Os benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia do ativo identificável adquirido, licença do Banco Central do Brasil ("BCB" ou "BACEN"), ou dos ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras. Dessa forma, a análise do valor do ágio pauta-se na expectativa de rentabilidade futura. O teste para avaliação do ágio fundamenta-se na atribuição de valor justo à Companhia como um todo, através da técnica de projeções dos fluxos de caixa, amparadas por um orçamento financeiro aprovado pela Administração. As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se no crescimento esperado para o total de ativos sob gestão da Companhia. Os fluxos de caixa posteriores ao período analisado foram extrapolados através da manutenção do crescimento nominal de ativos sob gestão do último ano do orçamento e transferência de parte da carteira de clientes da DM, mantendo a estratégia do plano de negócios apresentado ao Banco Central do Brasil para aprovação da compra. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave do modelo de avaliação não levaria o valor justo atribuído à Companhia a ser menor que o valor justo atribuído na data de aquisição da 30 de junho de 2022. Essas projeções foram revisadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e não foram identificados indícios que ocasionassem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável. Com relação ao intangível identificável, a vida útil atrelada e a amortização registrada no exercício de 2024 e 2023 foi de:

	Valor atribuído	Vida útil	2024 Amortização acumulada	2023 Amortização acumulada
Licença BACEN	3.692	5 anos	(1.477)	(739)
Mais valia de ativos	588	Indefinida	–	–
Outros ativos líquidos	5.395	Indefinida	–	–
Ágio	1	Indefinida	–	–
	9.676		**(1.477)**	**(739)**

9. Intangível: A rubrica "Intangível" é apresentada ao custo de aquisição e as amortizações foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas que contemplam a vida útil estimada dos outros intangíveis, especificamente "licença do Banco Central" adquirida no investimento na DM CFI.

	2024 Custo	Amortização Acumulada	Líquido	2023 Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Outros intangíveis	3.693	(1.478)	2.215	3.693	(739)	2.954
Total	**3.693**	**(1.478)**	**2.215**	**3.693**	**(739)**	**2.954**

A movimentação do intangível está demonstrada da seguinte forma:

	2023	Amortização	2024
Outros intangíveis	2.954	(739)	2.215
Total	**2.954**	**(739)**	**2.215**

	2022	Amortização	2023
Outros intangíveis	3.692	(738)	2.954
Total	**3.692**	**(738)**	**2.954**

10. Empréstimo e Financiamentos: A Rubrica "Empréstimos e financiamentos", registrada no valor de R$2.469 (R$2.372 em 2023) corresponde aos mútuos firmados com: • DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP"): contrato de mútuo firmado em 16 de novembro de 2022 no valor de R$2.250 aplicado a taxa de juros de 0,35% ao mês com prazo de vencimento de 5 anos. • DM Participações S.A. ("DM Participações"): contrato de mútuo firmado em 28 de outubro de 2023 no valor de R$8 aplicado a taxa de juros de 0,35% ao mês com prazo de vencimento de 5 anos. O mútuo foi liquidado em 29 de novembro de 2024 pelo valor de R$8. Não ocorreram pagamentos no exercício de 2024 e 2023, apenas a incidência de juros no valor de R$105 (R$100 em 2023).

11. Dividendos: O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento de dividendos à DM Participações no valor de R$2.000 e aos acionistas antecedentes a DM Participações no valor de R$ 249. Por apurar prejuízo no exercício, não houve destinação para dividendos mínimos obrigatórios por apurar prejuízo. No exercício de 2023 foi destinado para dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$10.935.

	2023	Dividendos pagos	2024
Dividendos obrigatórios	11.184	(2.248)	8.936
Total	**11.184**	**(2.248)**	**8.936**

12. Passivos Contingentes: A Companhia não possui contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

13. Transações com partes relacionadas: A Companhia não possui transações com partes relacionadas, exceto pelo mútuo firmado com a DM IP no valor de R$2.469 (R$2.372 em 2023). A incidência de juros no valor de R$105 (R$100 em 2023).

Operação	Partes relacionadas	2024 Ativos (Passivos)	2024 Receitas (Despesas)	2023 Ativos (Passivos)	2023 Receitas (Despesas)
Mútuos a pagar	DM IP	2.469	–	2.364	–
Mútuos a pagar	DM Participações	–	–	8	–
Juros passivos	DM IP	–	(105)	–	(100)
Juros passivos	DM Participações	–	–	–	–
	Total	**2.469**	**(105)**	**2.372**	**(100)**

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: O Capital social, de R$973.038 representado por 973.037.565 ações no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, distribuídos pelos seguintes acionistas:

Sócio	% Participação	Quant. Quotas	2024 Valor
DM Participações S.A.	99,99999990%	973.037.564	973.037
Denis Cesar Correia	0,00000010%	1	1
	100,0000000%	**973.037.565**	**973.038**

Sócio	% Participação	Quant. Quotas	2023 Valor
DM Participações S.A.	99,99999924%	131.973.654	131.974
Denis Cesar Correia	0,00000076%	1	0
	100,0000000%	**131.973.655**	**131.974**

Em 19 de abril de 2024, a investida DM Financeira adquiriu carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela CredZ Instituição de Pagamento S.A. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R$ 1,783bi. Com isso, houve a necessidade de aumento de capital social da Companhia pela acionista, de modo a injetar capital na DM CFI para aquisição da carteira e equilibrar o capital regulatório requerido pelo Banco Central do Brasil. Os eventos de aumento de capital pela acionista DM Participações estão demonstrados no quadro abaixo:

Assembleia Geral Extraordinária	Aumento de Capital	Capital Social
14 de março de 2024	60.000	191.974
15 de abril de 2024	20.000	211.974
11 de abril de 2024	140.000	351.974
19 de abril de 2024	621.064	973.038
Total	**841.064**	**973.038**

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízo absorvendo integralmente a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023, houve destinação de 5% do lucro líquido do exercício no valor de R$1.918, totalizando R$1.968. **c) Reserva de lucros**: A reserva de lucros a realizar, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. A reserva de lucros foi absorvida integralmente pelo prejuízo apurado no exercício de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, foi destinado R$25.518 para reserva de lucros, totalizando R$26.196. **d) Reserva de capital**: O valor apurado em reserva de capital, corresponde ao ágio e deságio na aquisição de ações não controladores. A reserva de capital foi absorvida integralmente pelo prejuízo apurado no exercício de 2024 (R$115 em 2023). **e) Dividendos**: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos, conforme demonstrado na nota explicativa 11 – Dividendos a Pagar e 8 - Investimentos. **f) Prejuízos acumulados**: A Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de 2024 no valor de R$(208.640). Após absorção integral das reservas constituídas, o prejuízo acumulado foi de R$(180.361).

15. Resultado: 15.1 Gerais e administrativas:

	2024	2023
Amortizações	(739)	(739)
Despesas de serviços técnicos especializados	(141)	(87)
Despesas de serviços de terceiros	(2)	(12)
Outras taxas e tarifas	(7)	(4)
Despesas não dedutíveis	(517)	(3)
Despesas com campanhas e publicidade	(8)	–
Total	**(1.414)**	**(845)**

15.2 Resultado financeiro líquido:

	2024	2023
Rendimentos financeiros	6.633	57
Variações cambiais	9	–
Receitas Financeiras	**6.642**	**57**
Juros e encargos de empréstimos	(106)	(101)
Tarifas bancárias	(16)	(8)
Despesa de contribuição de PIS e COFINS	–	(3)
Despesas Financeiras	**(122)**	**(112)**
Resultado financeiro líquido	**6.520**	**(55)**

15.3 Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apurou o imposto de renda e contribuição social pelo regime presumido (32% sobre a receita bruta) no exercício de 2024 e pelo lucro real no exercício de 2023, conforme demonstrado abaixo:

	Alíquota	Lucro Presumido 2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro		18.570
Total		**18.570**
Receita Operacional		–
Base de cálculo	**32%**	**–**
Receitas Financeiras		6.642
Base fiscal		**6.642**
IRPJ	**25%**	(1.641)
CSLL	**9%**	(598)
Total Imposto Corrente		**(2.239)**

	Alíquota	Lucro Real 2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro		38.371
Total		**38.371**
Adições / (exclusões)		
Despesas não dedutíveis (adição)		951
Receitas não tributáveis (exclusão)		(39.481)
Base lucro real		**(159)**
IRPJ	**25%**	–
CSLL	**9%**	–
Total Imposto Corrente		**–**

16. Seguros: O Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, incluindo seguro para diretores (D&O). Os seguros são contratados pela DMCard Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., empresa do Grupo DM.

17. Instrumentos Financeiros: 17.1 Estrutura e governança de gestão de riscos: A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **17.2 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em contas a receber de clientes (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos do Grupo DM, alinhado as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. A política de risco de crédito considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. **17.3 Gestão de risco de liquidez:** É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não apresentava risco de liquidez relevante. O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

	Notas	Saldo em 2024	Sem Vencimento	Faixa de vencimento: Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Ativos Financeiros:						
Disponibilidades	4	2	2	–	–	–
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.667	–	1.667	–	–
Certificado de depósito bancário	5	596	–	–	83	513
		2.265	**2**	**1.667**	**83**	**513**
Passivos Financeiros:						
Fornecedores		30	–	30	–	–
Empréstimos e financiamentos	10	2.469	–	–	–	2.469
Total		**2.499**	**–**	**30**	**–**	**2.469**

	Notas	Saldo em 2023	Sem Vencimento	Faixa de vencimento: Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Ativos Financeiros:						
Disponibilidades	4	10	10	–	–	–
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	545	–	545	–	–
Certificado de depósito bancário	5	536	–	–	–	536
		1.091	**10**	**545**	**–**	**536**
Passivos Financeiros:						
Fornecedores		16	16	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	10	2.372	–	–	–	2.372
Total		**2.388**	**16**	**–**	**–**	**2.372**

17.4 Risco de mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, provenientes de variações ou flutuações de taxa de juros, índices e de câmbio. A Companhia monitora continuamente os riscos de mercado em que está exposta com o objetivo de mitigar eventuais riscos. A estrutura da Companhia prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos que age tempestivamente para mitigação de risco iminente. A Companhia possui direitos sujeitos a risco de mercado junto a instituições financeiras conforme demonstrados abaixo:

	Notas	2024	2023	Nível de valor Justo
Disponibilidades	4	2	10	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.667	545	2
Certificado de depósito bancário	5	596	536	1
Total		**2.265**	**1.091**	

17.5 Risco de capital: A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está exposta e planejar metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos. A Companhia pertence ao conglomerado prudencial da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Grupo DM"), classificada no conglomerado de TIPO 1 e está enquadrada no Segmento S4 desde dezembro de 2024, que utiliza a metodologia completa para apuração do Patrimônio de Referência (PR). De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/2021 o índice de Basileia mínimo para PR é de 8%, acrescentado de mais 2,5% de adicional, totalizando 10,5%. O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. O Grupo DM apresentou Índice de Basileia de 20,29% em 31 de dezembro de 2024 pelo segmento S4 e 11,53% em 31 de dezembro de 2023 pelo segmento S5. Em dezembro de 2023 a companhia ainda era optante pela metodologia simplificada de gestão de riscos de capital. **17.6 Risco operacional:** É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Companhia, , incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento conforme a Resolução CMN n° 4.557/17. **17.7 Risco cibernético:** É avaliada a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.893/21. **17.8 Conformidade:** A área de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17, monitorando a aderência ao arcabouço legal, à regulamentação infra legal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando pertinente, aos códigos de ética e de conduta. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. A área de Compliance, por meio do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), monitora e gerencia os riscos nos termos da Resolução COAF n° 40/21 e Circular BACEN nº 3.978/20. **17.9 Controles internos:** Os sistemas de controles internos devem ser contínuos e efetivos, abrangendo as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta e tem como finalidade atingir os objetivos de: • Desempenho: relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas; • Informação: relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão; e • Conformidade: relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos. A Companhia dispõe de atividade de auditoria interna, realizada por empresa terceirizada, que realiza a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e dos processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição. Atuam com independência, autonomia, imparcialidade, integridade e ética profissional. Os apontamentos identificados pela auditoria interna são tratados pela Companhia, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da empresa.

18. Eventos Subsequentes: Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Tharik Camocardi de Moura - CFO e Relação com Investidores

Carolina Camacho de Paula - Contadora CRC 1SP 317.067/O-7

Bruno Pascele Piva - Controller CRC 1SP 267.093/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **DMCore Holding Financeira S.A., São José dos Campos – SP. Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da DMCore Holding Financeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DMCore Holding Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração**

continuação ☛

continuação

DMCore Holding Financeira S.A.

pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2025

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP27685/O-0 F SP

Jonas Moreira Salles
Contador
CRC SP 295315/O-4

Cofco International Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 06.315.338/0001-19

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11.656	8.599	25.749	169.400
Instrumentos financeiros derivativos	5.896.539	1.792.123	8.966.665	2.634.569
Contas a receber de clientes	1.019.666	632.797	1.898.985	1.647.605
Valores a receber de partes relacionadas	5.227.352	1.613.289	5.870.206	3.023.836
Estoques	2.343.436	1.592.493	5.175.067	3.119.372
Impostos a recuperar	412.068	574.120	897.572	647.129
Ativos biológicos	1.002.197	735.201	1.002.197	735.201
Outros ativos	60.017	40.761	68.605	50.073
Total do Ativo Circulante	**15.972.931**	**6.989.383**	**23.905.046**	**12.027.185**
Não Circulante				
Adiantamentos a fornecedores de estoques	209	1.553	209	1.553
Instrumentos financeiros derivativos	94.606	21.919	109.431	32.925
Impostos a recuperar	387.195	50.194	1.248.017	550.910
Contas a receber	2.822	893	2.822	893
Valores a receber de partes relacionadas	–	3	–	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	787.538	612.166	893.615	825.653
Depósitos judiciais	48.928	61.406	48.942	61.417
Propriedades para investimentos	44.762	38.720	44.762	38.720
Investimentos em controladas	2.389.015	1.864.018	13.546	8.630
Imobilizado	8.880.886	7.549.635	10.402.463	8.212.562
Intangível	1.501.300	689.365	1.506.203	692.401
Ativos de direito de uso	2.895.610	2.552.928	3.652.805	3.054.550
Total do Ativo Não Circulante	17.032.871	13.442.800	17.922.815	13.480.217
Total do Ativo	**33.005.802**	**20.432.183**	**41.827.861**	**25.507.402**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	2.035.802	2.806.464	2.644.427	2.806.464
Fornecedores	1.340.825	637.098	2.007.793	1.976.758
Impostos e contribuições a recolher	174.344	137.915	360.734	134.667
Salários e encargos a pagar	192.755	162.634	204.825	170.103
Instrumentos financeiros derivativos	7.143.379	1.560.279	8.585.495	2.096.030
Valores a pagar para partes relacionadas	3.575.245	2.708.134	5.277.028	3.386.202
Adiantamentos de clientes	425.852	307.938	437.494	311.174
Passivo de arrendamento	326.662	266.332	396.325	318.244
Outros passivos circulantes	101.847	38.770	170.090	80.061
Total do Passivo Circulante	**15.316.711**	**8.625.564**	**20.084.211**	**11.279.703**
Não Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	137.199	13.019	158.396	14.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	148.902	263.627
Valores a pagar para partes relacionadas	10.685.196	9.342.977	17.806.505	13.906.279
Passivo de arrendamento	2.084.711	2.309.006	2.651.203	2.767.940
Passivo a descoberto	3.803.584	2.866.336	–	–
Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas	161.673	169.093	161.916	169.421
Total do Passivo Não Circulante	**16.872.363**	**14.700.431**	**20.926.922**	**17.121.511**
Patrimônio Líquido				
Capital social	6.554.986	2.746.662	6.554.986	2.746.662
Reserva de incentivo fiscal	1.824.266	1.824.266	1.824.266	1.824.266
Outros resultados abrangentes	(154.494)	(59.270)	(154.494)	(59.270)
Ajustes acumulados de conversão	(234.815)	(272.852)	(234.815)	(272.852)
Prejuízos acumulados	(7.173.215)	(7.132.618)	(7.173.215)	(7.132.618)
Total do patrimônio líquido (negativo)	816.728	(2.893.812)	816.728	(2.893.812)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**33.005.802**	**20.432.183**	**41.827.861**	**25.507.402**

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receita Operacional Líquida	**34.892.805**	**38.693.218**	**53.327.189**	**72.161.442**
Custo dos produtos vendidos	(33.163.190)	(37.522.792)	(50.831.179)	(70.312.243)
Lucro Bruto	1.729.615	1.170.426	2.496.010	1.849.199
Receitas (despesas) Operacionais				
Despesas administrativas	(409.140)	(336.274)	(515.953)	(413.857)
Resultado de equivalência patrimonial	(144.352)	338.130	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	32.972	31.396	(8.567)	28.978
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.209.095	1.203.678	1.971.490	1.464.320
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	204.466	979.153	1.104.520	1.267.641
Despesas financeiras	(1.405.483)	(1.618.496)	(2.914.296)	(2.136.460)
Resultado financeiro líquido	(1.201.017)	(639.343)	(1.809.776)	(868.819)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**8.078**	**564.335**	**161.714**	**595.501**
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Correntes	(113.345)	(175.363)	(296.492)	(181.006)
Diferidos	64.670	3.731	94.181	(21.792)
(Prejuízo)/lucro do Exercício	**(40.597)**	**392.703**	**(40.597)**	**392.703**
(Prejuízo)/lucro por Lote de Mil Ações – em Reais	(0,0001)	0,0112		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

			Resultados abrangentes			
	Capital social	**Reserva de incentivo fiscal**	**Ajustes acumulados de conversão**	**Resultados não realizados de derivativos ("hedge accounting")**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31/12/2022	**2.153.563**	**1.824.266**	**(556.376)**	**(56.992)**	**(7.525.321)**	**(4.160.860)**
Valorização a mercado dos derivativos ("*hedge accounting*"), liquido de impostos	–	–	–	(2.278)	–	(2.278)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	283.524	–	–	283.524
Aumento de capital	593.099	–	–	–	–	593.099
Lucro do exercício	–	–	–	–	392.703	392.703
Saldos em 31/12/2023	**2.746.662**	**1.824.266**	**(272.852)**	**(59.270)**	**(7.132.618)**	**(2.893.812)**
Valorização a mercado dos derivativos ("*hedge accounting*"), liquido de impostos	–	–	–	(95.224)	–	(95.224)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	38.037	–	–	38.037
Aumento de capital	3.808.324	–	–	–	–	3.808.324
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(40.597)	(40.597)
Saldos em 31/12/2024	**6.554.986**	**1.824.266**	**(234.815)**	**(154.494)**	**(7.173.215)**	**816.728**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
(Prejuízo)/lucro do Exercício	(40.597)	392.703	(40.597)	392.703
Item que será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Resultados não realizados de derivativos ("hedge accounting")	(95.224)	(2.278)	(95.224)	(2.278)
Item que não será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ajustes acumulados de conversão	38.037	283.524	38.037	283.524
Total do Resultado Abrangente do Exercício, Líquido de Impostos	**(97.784)**	**673.949**	**(97.784)**	**673.949**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
(Prejuízo)/Lucro do exercício	**(40.597)**	**392.703**	**(40.597)**	**392.703**
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	1.705.292	1.008.978	1.712.525	1.029.907
Depreciação e amortização dos ativos de direito de uso	599.368	571.110	623.765	615.934
Alienação de imobilizado, intangível e propriedade para investimento	20.840	2.659	28.634	48.306
Perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de imobilizado	–	–	3.611	–
Ativos biológicos colhidos	444.430	365.842	444.430	365.842
Resultado de equivalência patrimonial	144.352	(338.130)	–	–
Variação do valor justo dos ativos biológicos	37.030	(157.722)	37.030	(157.722)
Variação do valor justo dos estoque de "commodities"	(115.019)	(83.761)	(596.678)	(236.913)
Provisão (reversão da provisão) para perda nos estoques	72.810	(2.342)	72.969	3.776
Reversão da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(15.910)	(12.690)	(19.090)	(36.777)
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	(17.592)	(6.712)	92.417	126.050
Juros sobre passivo de arrendamento	207.764	189.464	207.753	189.464
Valorização a mercado dos derivativos de hedge accounting	45.266	175.716	694.754	307.582
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(64.670)	(3.731)	(94.181)	21.792
Provisão (reversão da) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.927	(14.312)	10.773	(14.733)
	3.034.291	**2.087.072**	**3.178.115**	**2.655.211**
Variações nas contas de ativo:				
Contas a receber	(168.562)	90.406	199.030	(255.200)
Estoques	(223.016)	911.821	(506.239)	149.702
Impostos a recuperar	164.373	135.326	(417.084)	(368.442)
Valores a receber de partes relacionadas	(2.753.637)	(252.209)	(1.742.866)	183.046
Instrumentos financeiros derivativos	(3.335.410)	656.070	(5.719.784)	537.548
Outros ativos	14.981	(60.991)	21.808	383
	(6.301.271)	**1.480.423**	**(8.165.135)**	**247.037**
Variações nas contas de passivo:				
Fornecedores	457.742	(935.654)	(453.128)	(1.137.123)
Impostos e contribuições a recolher	(2.701)	72.792	224.881	130.552
Salários e encargos sociais	(13.287)	61.774	(11.096)	64.985
Adiantamentos de clientes	27.831	313.923	34.361	312.378
Instrumentos financeiros derivativos	4.585.177	(567.507)	5.260.986	(587.525)
Valores a pagar a partes relacionadas	(933.731)	1.979.962	240.614	3.170.473
Pagamentos de demandas judiciais	(58.456)	(14.735)	(58.456)	(14.735)
Outros passivos	45.482	67	58.910	(43.798)
	4.108.057	**910.622**	**5.297.072**	**1.895.207**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	841.077	4.478.117	310.052	4.797.455
Imposto de renda e contribuição social pagos ou antecipados	(98.826)	(53.343)	(276.517)	(65.164)
Ressarcimento de impostos federais	2.435	1.739	170.754	1.832
Juros pagos	(192.741)	(231.221)	(196.159)	(231.221)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**551.945**	**4.195.292**	**8.130**	**4.502.902**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Adições ao imobilizado e intangível	(1.590.252)	(983.492)	(2.191.452)	(1.649.258)
Adições para formação de ativo biológico	(548.797)	(355.733)	(548.797)	(355.733)
Recebimento decorrente de venda de imobilizado	–	11.666	–	11.739
Recebimento de juros sobre capital próprio	68.516	–	–	–
Aquisição de investimentos e aumento de capital em controladas	–	(593.099)	–	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(2.070.533)**	**(1.920.658)**	**(2.740.249)**	**(1.993.252)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aumento de capital	3.808.324	593.099	3.808.324	593.099
Captação de recursos junto a partes relacionadas	3.495.587	–	(4.239.094)	–
Pagamento de recursos junto a partes relacionadas	(3.853.207)	(3.272.130)	4.509.251	(3.459.045)
Captações de empréstimos e financiamentos	2.813.162	7.621.912	3.901.780	7.621.912
Pagamento de passivo de arrendamento	(635.344)	(528.080)	(698.764)	(546.930)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.155.073)	(6.671.920)	(4.715.550)	(6.671.920)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.473.449**	**(2.257.119)**	**2.565.947**	**(2.462.884)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Antes dos Efeitos de Conversão	(45.139)	17.515	(166.172)	46.766
Efeitos de conversão sobre o caixa e equivalentes de caixa	2.485	(9.684)	22.521	(31.249)
Caixa advindo de incorporação de controlada	45.711	–	–	–
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.057**	**7.831**	**(143.651)**	**15.517**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.599	768	169.400	153.883
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.656	8.599	25.749	169.400
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.057**	**7.831**	**(143.651)**	**15.517**

A Diretoria

Karina Casimiro Alves – CRC nº SP 272.559/O-9

As Demonstrações Financeiras não possuem ressalvas por parte da Auditoria Externa. As Notas Explicativas encontram-se na Sede da Companhia.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87

Balanços Patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 2023 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	30/06/2024	30/06/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.209.935	4.652.397
Contas a receber	123.463.025	122.270.670
Estoques	115.121.579	105.617.541
Impostos a recuperar	8.029.791	12.642.837
Instrumentos financeiros derivativos	168.288	468.326
Outros ativos	161.876.497	75.380.997
Total do ativo circulante	**413.869.113**	**321.032.768**
Não Circulante		
Contas a receber	141.801	(2.525.960)
Depósitos judiciais	–	14.576
Impostos diferidos	51.000.000	–
Outros ativos	718.072	21.135
Investimentos	78.352.398	39.418.662
Imobilizado e Intangível	8.391.517	8.629.686
Ativo de direito de uso	7.990.782	8.888.233
Total do ativo não circulante	**146.594.571**	**54.446.332**
Total do ativo	**560.463.684**	**375.479.100**

Passivo	30/06/2024	30/06/2023
Circulante		
Fornecedores	341.470.524	190.798.489
Empréstimos e financiamentos	–	(3.324)
Arrendamento mercantil	3.641.698	4.319.809
Obrigações sociais e trabalhistas	7.464.276	16.600.822
Obrigações tributárias	220.943	403.747
Dividendos a pagar	–	1.207.811
Contas a pagar aquisição de empresas	14.393.398	7.771.550
Instrumentos financeiros derivativos	–	114.637
Outros passivos	27.865.038	68.325.377
Total do passivo circulante	**395.055.877**	**289.538.916**
Não Circulante		
Fornecedores	111.510	132.061
Arrendamento mercantil	5.152.463	5.340.682
Impostos diferidos	812.694	723.409
Provisão para contingências	297.753	487.038
Total do passivo não circulante	**6.374.420**	**6.683.191**
Patrimônio líquido		
Capital social	88.432.850	58.560.095
Transação de capital	2.681.865	2.681.865
Reserva Legal	3.994.972	1.499.790
Reserva de incentivos fiscais	54.299.943	14.002.754
Distribuição de dividendos	2.512.489	2.512.489
Reserva de dividendos a pagar	7.111.269	–
Total do patrimônio líquido	**159.033.387**	**79.256.993**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**560.463.684**	**375.479.100**

Demonstrações dos Resultados em 30 de junho de 2024 e 2023 *(Valores expressos em Reais)*

	30/06/2024	30/06/2023
Receita líquida	**504.197.254**	**546.134.957**
Custo das mercadorias vendidas	(430.086.019)	(449.713.135)
Lucro bruto	**74.111.235**	**96.421.823**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(58.061.422)	(79.749.803)
Resultado de equivalência patrimonial	(9.458.558)	13.636.129
Outras receitas e despesas, líquidas	12.454.008	4.068.169
	(55.065.971)	(62.045.505)
Lucro antes do resultado financeiro	**19.045.264**	**34.376.318**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	27.606.407	22.553.731
Despesas financeiras	(47.658.747)	(39.619.764)
Variações cambiais e monetárias	–	353.689
	(20.052.340)	(16.712.344)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.007.075)**	**17.663.973**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	50.910.715	(32.474)
Lucro (prejuízo) do exercício	**49.903.640**	**17.631.500**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A Qualiciclo Agrícola S.A. é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, que opera no segmento de distribuição de insumos agrícolas no território nacional. **2. Política contábil –** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3. Capital social e Patrimônio líquido –** O Capital social subscrito e totalmente integralizado em junho-24 é de R$88.432.850 sendo 77,11% detido pela Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A. Os outros resultados abrangentes são representados pelo ganho ou perda na transação com acionistas minoritários nos investimentos mantidos pela Companhia. **4. Lucros/Prejuízos acumulados** A destinação do resultado do exercício foi utilizado para constituição de reservas.

Julian Garrido Del Val Neto
Diretor Financeiro
Jeniffer Santos Bento
Contadora CRC PR 057.474/O-1

REC Guarulhos S.A.

CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais – R$)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.582	4.361
Contas a receber	16.496	17.850
Impostos e contribuições a compensar	2.098	258
Despesas antecipadas	482	286
Antecipação de redução de capital	346.822	–
Outros ativos circulantes	1.373	1.000
Total dos ativos circulantes	**377.853**	**23.755**
Não Circulante		
Contas a receber	17.049	16.944
Despesas antecipadas	1.439	660
Depósitos judiciais	39	37
Impostos diferidos ativos	1.728	1.686
Propriedades para investimentos	996.247	1.009.694
Imobilizado	6	6
Total dos ativos não circulantes	**1.016.508**	**1.029.027**
Total dos ativo	**1.394.361**	**1.052.782**

Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	21.388	155.443
Contas a pagar	2.690	2.547
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29.420	46.344
Adiantamento de clientes	–	105
Obrigações fiscais	1.100	980
Outros passivos circulantes	3.573	2.569
Total dos passivos circulantes	58.171	207.988
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	813.819	338.026
Impostos diferidos passivos	50.777	45.632
Provisão para contingências	4	208
Total dos passivos não circulantes	**864.600**	**383.866**
Patrimônio líquido		
Capital social	389.601	389.601
Reserva de lucros	67.395	57.909
Reserva legal	14.594	13.418
Total do patrimônio líquido	**471.590**	**460.928**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.394.361**	**1.052.782**

Demonstrações dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Receita Líquida	146.843	134.943
Custo dos serviços prestados	(21.975)	(21.975)
Lucro bruto	124.868	112.968
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(8.317)	(6.930)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	116.551	106.038
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(89.627)	(72.552)
Receitas financeiras	1.744	1.534
Resultado financeiro líquido	(87.883)	(71.018)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	28.668	35.020
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	–	–
Diferido	(5.146)	(4.245)
Lucro líquido do exercício	**23.522**	**30.775**
Lucro por ação – R$ – Básico e diluído	0,11	0,06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos	
	Subscrito	A integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**478.952**	**(116.372)**	**11.879**	**51.733**	**–**	**426.192**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	30.775	30.775
Reserva legal	–	–	1.539	–	(1.539)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(23.060)	(23.060)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	6.176	(6.176)	–
Integralização de capital	–	27.021	–	–	–	27.021
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**478.952**	**(89.351)**	**13.418**	**57.909**	**–**	**460.928**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	23.522	23.522
Reserva legal	–	–	1.176	–	(1.176)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(12.860)	(12.860)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	9.486	(9.486)	–
Cancelamento de aumento de capital	(89.351)	89.351	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**389.601**	**–**	**14.594**	**67.395**	**–**	**471.590**

A Diretoria — **Leonardo Fonseca de Campos** – Contador – CRC 1SP 303.190/O-9

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	23.522	30.775
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**23.522**	**30.775**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais – R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro líquido antes do IRPJ e contribuição social	28.668	35.020
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imIRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Juros e encargos financeiros líquidos	87.522	70.747
Depreciação e amortização	21.975	21.978
Custo de transação amortizado	(3.814)	1.180
Atualização de depósito judicial	(2)	(2)
(Reversão) Provisão de contingência	(204)	(119)
(Reversão) Provisão para devedores duvidosos	–	(86)
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.249	3.313
Impostos e contribuições a compensar	(1.840)	31
Impostos Diferidos Pis e Cofins	(43)	(43)
Despesas antecipadas	(975)	(15)
Depósito judicial	–	21
Outros ativos circulantes	(373)	(447)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	143	(160)
Adiantamento de clientes	(105)	105
Obrigações fiscais	120	94
Outros passivos circulantes	1.004	(1.870)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	133.325	129.747
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições as propriedades para investimentos	(8.528)	(2.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.528)	(2.824)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal de empréstimos	(22.689)	(22.689)
Quitação de empréstimos	(129.999)	–
Pagamento de juros de empréstimos	(89.282)	(105.341)
Captação de empréstimos	500.000	–
Dividendos e JCP Pagos	(29.784)	(30.042)
Antecipação de redução de capital social	(346.822)	–
Integralização de capital social	–	27.021
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(118.576)	(131.051)
Aumento (Redução) Líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**6.221**	**(4.128)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.361	8.489
No fim do exercício	10.582	4.361
Aumento (Redução) Líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**6.221**	**(4.128)**

Terminal 12A S.A.

CNPJ/MF nº 56.216.872/0001-46

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais – R$)

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	106.263	69.361
Valores a receber de partes relacionadas	1.875	2.046
Impostos a recuperar	2.949	1.936
Outros ativos	21	1.662
Total do ativo circulante	**111.108**	**75.005**
Não Circulante		
Impostos a recuperar	1.849	1.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.093	1.365
Depósitos judiciais	21	49
Imobilizado	622	18.709
Intangível	–	389
Total do ativo não circulante	**3.585**	**22.256**
Total do Ativo	**114.693**	**97.261**

Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.984	3.991
Impostos e contribuições a recolher	797	767
Salários e encargos a pagar	48	3.125
Valores a pagar para partes relacionadas	6.301	3.150
Outros passivos circulantes	3	3
Total do passivo circulante	**9.133**	**11.036**
Não Circulante		
Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas	684	1.218
Total do passivo não circulante	**684**	**1.218**
Patrimônio Líquido		
Capital social	4.519	4.519
Reserva de capital	11.624	11.624
Reserva legal	904	904
Reserva de lucros a destinar	87.829	67.960
Total do patrimônio líquido	**104.876**	**85.007**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**114.693**	**97.261**

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	2024	2023
Receita Operacional Líquida	**110.509**	**130.423**
Custo dos Serviços Prestados	(88.390)	(103.925)
Lucro Bruto	**22.119**	**26.498**
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas	–	(24)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.119	26.474
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	9.777	7.184
Despesas financeiras	(1.755)	(1.332)
Resultado financeiro líquido	8.022	5.852
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	30.141	32.326
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(10.000)	(11.112)
Diferidos	(272)	85
Lucro do Exercício	**19.869**	**21.299**
Lucro por Lote de Mil Ações – em Reais	**4,40**	**4,71**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais – R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas Reserva de lucros a destinar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.519**	**11.624**	**904**	**43.716**	**–**	**–**	**60.763**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	21.299	21.299
Retenção de lucros	–	–	–	24.244	–	(21.299)	2.945
Lucros a destinar	–	–	–	(67.960)	67.960	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.519**	**11.624**	**904**	**–**	**67.960**	**–**	**85.007**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	19.869	19.869
Retenção de lucros	–	–	–	19.869	–	(19.869)	–
Lucros a destinar	–	–	–	(19.869)	19.869	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4.519**	**11.624**	**904**	**–**	**87.829**	**–**	**104.876**

A Diretoria — **Karina Casimiro Alves** – Contadora CRC SP 272.559/O-9

As Demonstrações Financeiras não possuem ressalvas por parte da Auditoria Externa. As Notas Explicativas encontram-se na Sede da Companhia.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 *(Em milhares de reais – R$)*

	2024	2023
Lucro do Exercício	**19.869**	**21.299**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício, Líquido de Impostos	**19.869**	**21.299**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais – R$)

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**19.869**	**21.299**
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	18.615	17.264
Alienação de imobilizado	197	1.964
Constituição (reversão) da provisão para riscos, tributários, cíveis e trabalhistas	(534)	1.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos	272	(85)
	38.419	**41.476**
Variação das contas de ativo:		
Impostos a recuperar	(1.118)	9.277
Valores a receber de partes relacionadas	171	6.099
Outros ativos	1.669	1.664
	722	**17.040**
Variação das contas do passivo:		
Fornecedores	(2.007)	798
Impostos e contribuições a recolher	10.848	(480)
Salários e encargos a pagar	(3.077)	356
Valores a pagar a partes relacionadas	3.151	(384)
Outros passivos	–	(113)
	8.915	**177**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	48.056	58.693
Imposto de renda e contribuição social pagos ou antecipados	(10.818)	(11.185)
Caixa gerado pelas atividades operacionais após juros e impostos	**37.238**	**47.508**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(336)	(2.365)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(336)	(2.365)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de Reserva	–	2.945
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	–	2.945
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**36.902**	**48.088**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.361	21.273
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106.263	69.361
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**36.902**	**48.088**

International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

CNPJ/MF nº 18.082.788/0001-98 – NIRE 35.300.486.692

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da **International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** ("Companhia"), que será realizada em 25 de abril de 2025, às 10h, na modalidade digital, cujo acesso será pelo link eletrônico, conforme instrução de participação e voto a distância descrita abaixo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar e discutir as demonstrações financeiras; e **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025. **Ulisses Borges Cardinot** – Presidente do Conselho de Administração. ***Instruções para participação na Assembleia Geral Ordinária da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.*** Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei das S.A., a Assembleia Geral Ordinária será realizada na modalidade exclusivamente digital, podendo V.Sa. participar e votar por meio do sistema eletrônico com acesso ao link à videoconferência. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, V.Sa. deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhada de cópia do documento de identidade ou cópia do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail *cesar.faroli@internationalschool.global*, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Uma vez recebido o e-mail referido acima e verificada a regularidade dos documentos apresentados, a Companhia enviará a V.Sa. as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico de videoconferência, assegurará: **(a)** a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia Geral Ordinária; **(b)** o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; **(c)** a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia Geral Ordinária; **(d)** o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; **(e)** a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia Geral Ordinária; **(f)** a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; **(g)** a gravação integral da Assembleia Geral Ordinária, que ficará arquivada na sede da Companhia; **(h)** a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia Geral Ordinária e pessoas cuja participação seja obrigatória; e **(i)** a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os documentos e informações referentes aos assuntos da pauta da Assembleia Geral Ordinária estão disponíveis sob a forma digital, podendo ser requisitados pelos acionistas interessados. (14, 15 e 16/04/2025)

HMC Consultoria e Participações S/A

CNPJ Nº 23.680.782/0001-52

Segunda Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os senhores acionistas para a segunda convocação da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2025 às 9h na sede social, sita na Estrada dos Índios, 1060, na cidade de Itaquaquecetuba-SP, com a seguinte Ordem do Dia: **a)** deliberar sobre a redução do capital social; **b)** debater a dissolução da Sociedade e nomear um liquidante. Itaquaquecetuba, 14 de abril de 2025. **(12, 15 e 16/04/2025)**

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ n° 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Emissão de ações Preferenciais Classe A. São Paulo, 15 de abril de 2025. **Assinaturas:** Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. ***(15, 16 e 17/04/2025)***

Albrigg Defesa Ambiental S.A.

CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35.300.1808-79

Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária em primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025 às 11:00 horas, na sede social, à Avenida Jabaquara, nº 3.060 – 3º andar – Bairro Mirandópolis – São Paulo/SP., a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **1)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2)** Destinação do resultado exercício e constituição da reserva legal; **3)** Outros assuntos de interesse dos acionistas. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 14 de abril de 2025. **Valter Carmona,** Diretor Administrativo e Financeiro. (15, 16 e 17/04/2025)

GIP Medicina Diagnóstica S.A.

CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31 - NIRE 35300474511

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária em 30/04/2025, às 15hs

GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 15 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, 188, Paraíso, CEP 04006-050, ou por meio do *link* do aplicativo de videoconferência *Microsoft Teams*, a ser disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81/2020"), para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a criação de ações preferenciais da classe B da Companhia e a determinação de suas características; (ii) o aumento de capital social da Companhia e emissão de novas ações preferenciais da classe B, nominativas e sem valor nominal; (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como serão disponibilizados por meio de mensagem eletrônica (*e-mail*) a ser enviada aos acionistas. São Paulo/SP, 14 de abril de 2025. **Peter Lohken,** Presidente do Conselho de Administração; **Francisco Javier Molto Martinez,** Membro do Conselho de Administração. (15, 16 e 17/04/2025)

LOG20 Logística S/A

CNPJ n.º 13.631.347/0005-08 - NIRE 3530049188-2

Convocação Para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 28.04.2025

Convocamos os senhores acionistas a se reunirem **em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada no dia **28 de abril de 2025**, na sede da filial Concórdia da companhia, à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, sala 301, Concórdia - SC, CEP 89700-136, às **17:00 horas** para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: **Assembleia Geral Ordinária:** A) Apresentação e aprovação dos Demonstrativos Financeiros do Exercício de 2024; B) Aprovação e Deliberação da Destinação dos Lucros do Exercício. **Assembleia Geral Extraordinária:** A) Pagamento Mensal de JCP – Juros de Capital Próprio; B) Assuntos Gerais. São Paulo, 14 de Abril de 2025 **Osni Roman -** Presidente do Conselho de Administração - CPF 942.342.699-34. **(15, 16 e 17/04/2025)**

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 35.300.654.609

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária (a ser realizada de Modo Exclusivamente Digital) Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da **SPE Cristina Energia S.A.** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 9:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. **Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGO.** Documentos. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio dos e-mails mc.vargas@energo-pro.com e r.paschoal@energo-pro.com devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGO, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar na AGO e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO. Participação Remota. A AGO será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGO com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, tendo em mãos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, incluindo aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte meio: mc.vargas@energo-pro.com e r.paschoal@energo-pro.com. 16 de abril de 2025. **Sergio Fonseca** – Diretor Presidente. (16, 17 e 18/04/2025)

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo